
RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2018



FEVEREIRO-2021

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signatures]

Conteúdo	7
RELATÓRIO DE GESTÃO 2018	7
Governo da Sociedade	8
Órgãos Sociais	8
Em funções no Exercício de 2018.....	8
Atualmente em Funções	9
Estrutura Acionista	9
Alterando o Perfil	10
Nova Base Operacional	10
Frota e Operações.....	10
Nova Organização.....	11
Re-Branding.....	11
Resolução do Passivo	12
Desempenho Operacional, Económico e Financeiro	12
Resumo dos Principais Indicadores de Performance	13
Indicadores Operacionais.....	14
Rendimentos	16
Gastos Operacionais	16
Resultados Operacionais.....	17
Fluxos de Caixa e Liquidez.....	18
Síntese da Posição Financeira	19
Cultura e Pessoas	19
Cultura Organizacional.....	19
A Nossa Equipa	20
Formação Contínua.....	20
Eventos Subsequentes	20
Privatização	20
Novos Estatutos e Novos Órgãos Sociais	21
Atualização da Orgânica.....	21

Redimensionamento do Efetivo – II Fase	22
Transferência de Dívida para a NewCo	22
Novos Destinos e Reforço da Frota	22
Disrupção Operacional Parcial em Dez-2019	23
Suspensão Completa da Operação	23
Negociações entre os Acionistas e o Governo/ Plano de Recuperação	24
Proposta de Aplicação de Resultados	25
Necessidade de Reforço dos Capitais Próprios	25
Agradecimentos	25
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	27
BALANÇO	27
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	28
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	29
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	30
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	31
Introdução	31
0. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	31
1. Resumo das principais políticas contábilísticas adotadas	32
1.1. Ativos fixos tangíveis e depreciações	32
1.2. Ativo fixo tangível em regime de locação	33
1.3. Propriedades de investimento	33
1.4. Ativos fixos intangíveis e amortizações	33
1.5. Imparidade de ativos	33
1.6. Inventários e ajustamentos	33
1.7. Contas a receber de Clientes e Outros devedores e imparidade	33
1.8. Empréstimos obtidos	34
1.9. Caixa e equivalentes de caixa	34



1.10.	Benefícios aos empregados e benefícios pós-emprego.....	34
1.11.	Pensões de reforma antecipada	34
1.12.	Conversão cambial – transações e saldos	34
1.13.	Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos	35
1.14.	Provisões	35
1.15.	Reconhecimento do rédito de exploração aérea e respetivas comissões 35	
1.16.	Reparações programadas em aeronaves.....	36
1.17.	Classificação como corrente e não corrente	36
1.18.	Gestão de riscos financeiros.....	36
1.19.	Especialização de exercícios	37
1.20.	Estimativas e julgamentos	37
2.	Fluxos de caixa.....	37
3.	Ativos fixos tangíveis	38
4.	Propriedades de investimento	39
5.	Ativos intangíveis	40
6.	Outras contas a receber	41
7.	Outros ativos financeiros	43
8.	Inventários	44
9.	Clientes.....	45
10.	Adiantamentos a fornecedores.....	45
11.	Estado e outros entes públicos	46
12.	Caixa e depósitos bancários	47
13.	Capital próprio.....	48
14.	Provisões	50
15.	Financiamentos obtidos.....	53
(A)	Caixa Económica de Cabo Verde - Financiamentos.....	53
(B)	Caixa Económica de Cabo Verde – Contas correntes caucionadas	54
(C)	Caixa Económica de Cabo Verde – Descoberto bancário	55

Handwritten signatures and initials in blue ink.

(D) Millennium BCP – Conta corrente caucionada.....	55
(E) Banco Cabo-verdiano de Negócios	55
(F) Banco Privado Internacional	56
(G) Banco de Negócios Internacional	56
(H) Empréstimo obrigacionista – Séries A e B.....	56
(I) Empréstimo obrigacionista – Série C	57
(J) Empréstimo do Estado	57
16 Fornecedores.....	58
17 Outras contas a pagar	59
18 Diferimentos passivos.....	60
19 Vendas e Prestação de serviços	60
20 Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	61
21 Fornecimentos e serviços externos	62
22 Gastos com o pessoal.....	64
23 Outros rendimentos e ganhos.....	65
24 Outros gastos e perdas	66
25 Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização.....	66
26 Juros e ganhos similares obtidos.....	66
27 Juros e perdas similares suportados.....	67
28 Imposto sobre o rendimento/ Imposto Diferido	67
29 Resultado por ação básico	68
30 Garantias	68
31 Partes relacionadas.....	68
32 Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço ..	69
33 Outras informações sobre o regime do acréscimo.....	69
34 Divulgações exigidas por diplomas legais.....	69
35 Eventos subsequentes à data do balanço.....	69
Privatização	69
Novos Estatutos e Novos Órgãos Sociais	70



Handwritten signature and initials in blue ink, possibly reading "Bi" and "ces".

Atualização da Orgânica.....	70
Redimensionamento do Efetivo – II Fase	71
Transferência de Dívida para a NewCo.....	71
Novos Destinos e Reforço da Frota	71
Disrupção Operacional Parcial em Dez-2019	72
Suspensão Completa da Operação	72
Negociações entre os Acionistas e o Governo/ Plano de Recuperação	73

M/Bi
EES

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Conselho de Administração

TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE, SA

Nº4, Av. Amílcar Cabral, Praia, CABO VERDE

NIF: 200121103

Governo da Sociedade

Órgãos Sociais

Em funções no Exercício de 2018

Mesa da Assembleia Geral

Constituída por Deliberação da Assembleia Geral de 02 de maio de 2016.

Leonilde Tatiana dos Santos	Presidente
Romina Cibél Fortes Horta	Secretária

Conselho de Administração

Nomeado por Deliberação da Assembleia Geral de 10 de agosto de 2017.

José Luis Sá Nogueira	Presidente
Erlendur Svavarsson	Administrador (i)
Mário Rogério Carvalho Chaves	Administrador (i)
Mário Socorro Barbosa	Administrador
Armando Andrade Sousa	Administrador

- (i) Manteve-se em funções até a sua renúncia em 10-Out-2018. Não foi designado ninguém para o cargo, em sua substituição.

Administrador-Delegado

Designado por Deliberação do Conselho de Administração de 10 de agosto de 2017.

Mário Rogério Carvalho Chaves

Manteve-se em funções até a sua renúncia em 10-Out-2018. Não foi designado ninguém para o cargo, em sua substituição.

Conselho Fiscal

Nomeado por Deliberação da Assembleia Geral de 02 de maio de 2016.

João Marcos Alves Mendes	Presidente
Valentim Almeida Pinto	1º Vogal
Maria da Luz de Pina Gomes Brito	2º Vogal (i)

- (i) Designada em 04 de abril de 2017, em substituição de Amílcar Gonçalves de Melo, por renúncia deste.

Atualmente em Funções

Mesa da Assembleia Geral

Constituída por Deliberação da Assembleia Geral de 04 de março de 2019.

Júlio César dos Reis Martins Junior	Presidente
Eva Caldeira Marques	Vice-Presidente
José Augusto Veiga Monteiro	Secretário

Conselho de Administração

Björgólfur Johannsson	Presidente
Jens Bjarnason	Administrador Executivo
Erlendur Svavarsson	Administrador Executivo
Eugénio Augusto Pinto Inocêncio	Administrador não-Executivo

Comissão Executiva

Erlendur Svavarsson	Presidente
Björgólfur Johannsson	Administrador Executivo
Jens Bjarnason	Administrador Executivo

No cumprimento do disposto no Nº4 do artigo 71º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração atualmente em funções na TACV (Cabo Verde Airlines) elaborou e assinou este Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2018, com base na informação e relatórios intercalares disponíveis na empresa.

Estrutura Acionista

O Estado de Cabo Verde manteve no exercício de 2018 a sua posição de acionista único, detendo 100% do capital social da sociedade.

Alterando o Perfil

A economia mundial manteve em 2018 a tendência de crescimento dos últimos anos. O transporte aéreo seguiu a mesma tendência, registrando uma dinâmica assinalável nas diversas regiões do globo, com especial destaque para os mercados brasileiro, da zona euro, dos EUA e da África Ocidental, que foram relevantes na atividade da TACV em anos anteriores e se perspectivava que iriam reforçar nos anos vindouros a sua posição, como mercados estratégicos para a companhia nacional.

Na conjuntura globalmente favorável de então, a TACV prosseguiu o seu percurso em busca da sustentabilidade e de um lugar de destaque no panorama da aviação civil internacional. Assim, no seguimento da sua retirada do mercado interilhas em 2017 e da redefinição da sua missão – **Conectando quatro Continentes** – a companhia procurou em 2018 lançar as bases do seu novo modelo de negócios, enfrentando novos revezes, é certo, mas, fundamentalmente, encetando a implementação de várias transformações previstas no seu Plano de Negócios 2018-2022.

Nova Base Operacional

A transferência da base operacional da companhia do Aeroporto Internacional Nelson Mandela, na Praia, para o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na Ilha do Sal, foi considerada um dos requisitos fundamentais para a transição gradual da operação ponto-a-ponto para o sistema **hub-and-spoke**, que passaria a ser o pilar estratégico do seu modelo de negócios.

O processo teve início logo no arranque do exercício, com a implementação das estruturas de suporte operacional, de uma nova unidade de controlo operacional - NCC (Network Control Center) e das estruturas de gestão das operações de voo e das operações de terra.

O sistema hub-and-spoke arrancou em fevereiro, tendo em perspectiva o seu pleno funcionamento a partir de outubro, com a frota reforçada, rede alargada e novos slots. No entanto, devido à entrega tardia de aeronaves, a companhia viria a entrar em completa disrupção operacional no mês de julho, por mais de duas semanas, o que constituiu um duro revés, quer para a implementação do sistema, quer para os objetivos operacionais, económicos e financeiros do exercício.

Frota e Operações

Depois da conclusão em fevereiro do processo de devolução ao locador (Aercap) do avião Boeing, modelo B757-200, D4-CBP, que se encontrava ao serviço da companhia desde maio de 2004, ao abrigo de um contrato de locação operacional de longo termo, a operação continuou a ser assegurada por dois aviões do mesmo modelo contratualizados em regime de locação ACMI (avião, tripulação, manutenção e seguro) à Icelandair. De acordo com os pressupostos de desenvolvimento da frota, no âmbito do Plano de Negócios, a companhia devia incluir no seu AOC (Certificado de Operador Aéreo), ainda no primeiro semestre, dois aviões B757-200, cumprindo desta forma a primeira etapa da reformatação da sua frota. O atraso na entrega dos aviões contratualizados em regime de locação A&M (avião e manutenção) a longo termo constituiu um grave revés à implementação do plano, com uma disrupção operacional completa que durou mais de duas semanas no mês de julho. O primeiro dos aviões só foi registado em julho e o segundo, por impossibilidade de entrega em 2018, foi cancelado. A companhia acabou por ter de prolongar a operação de um segundo avião em ACMI até o final do exercício.

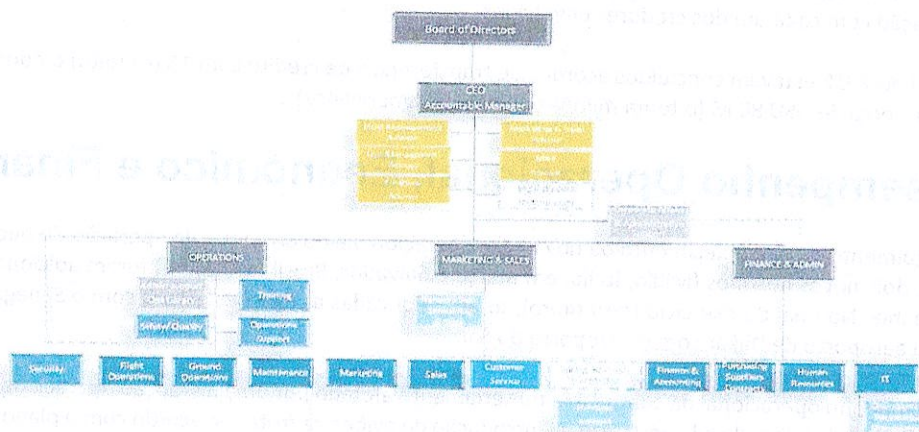
No que concerne às operações, foi dada prioridade ao cumprimento dos requisitos de *compliance* necessários à manutenção dos principais certificados:

- a. AOC – a sua renovação em abril de 2019 requeria o fecho de inúmeras não-conformidades e a revisão e aprovação de vários manuais (OM-A/ B/ C/ D, CCM, Manual de qualidade, MCM, MPM, ETOPS).
- b. Registo IOSA – renovado em fevereiro de 2018, após o fecho de múltiplas não-conformidades reportadas por uma auditoria de outubro de 2017.
- c. EASA TCO – vários itens SAFA foram fechados e um procedimento de verificação interna foi implementado para antecipar as inspeções, o que permitiu prevenir ocorrências, que vinham sendo frequentes e muitas vezes recorrentes.

Importa destacar a participação da companhia numa ICVM (ICAO *Coordinated validation Mission*) levada a cabo de 8 a 12 de junho, no âmbito do programa USOA (*Universal Safety Oversight Audit*) da ICAO. A pontuação de conformidade, ao nível da média europeia, alcançada pela aviação civil de Cabo Verde, espelha o sucesso da operação.

Nova Organização

Reformas organizacionais, assentes na simplificação dos processos, introdução de práticas mais harmonizadas com o estado de arte da indústria de transporte aéreo e terceirização de algumas funções, foram levadas a cabo, visando uma estrutura enxuta, ágil, em busca de ganhos relevantes de eficiência e adequadamente preparada para o desafio da construção de um sistema *hub-and-spoke* bem-sucedido.



Em paralelo com as reformas organizacionais foi levada a cabo a primeira etapa do plano de redimensionamento do efetivo, no âmbito da qual foram implementados (i) um programa de pré-reforma destinado a colaboradores a dez anos ou menos da idade de reforma e (ii) um programa de cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo para colaboradores não elegíveis para a pré-reforma.

Os referidos programas, cujas condições de base foram previamente negociadas com os sindicatos representativos das classes profissionais, foram financiados pelo Estado de Cabo Verde, através do Banco Mundial, e permitiram reduzir o número de colaboradores de 420 no início do exercício para 321 no final.

Re-Branding

A companhia adotou em março uma nova marca, alinhada com a nova visão, declaração de missão, valores e modelo de negócios e inspirada nas ilhas de Cabo Verde e na sua gente (ambiente, cultura, história), tendo lançado de seguida campanhas de divulgação, internamente e nos diversos mercados internacionais.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Resolução do Passivo

Projeto crítico para a transformação da companhia e condição essencial para a sua privatização, a resolução do passivo tinha como objetivo libertar a TACV de responsabilidades financeiras em valor superior a USD 120 M (cento e vinte milhões de dólares americanos). O mecanismo de resolução tinha como pressupostos a transferência dessas responsabilidades para a NewCo (veículo criado especialmente para este projeto), após negociação com cada um dos credores envolvidos.

No final de 2018 estavam concluídos acordos de transferência de crédito com 18 (dezoito) credores, num valor total de cerca de USD 80 M (oitenta milhões de dólares americanos).

Desempenho Operacional, Económico e Financeiro

No seguimento do estabelecimento da nova base operacional e do arranque da operação do hub aéreo na Ilha do Sal, dois novos destinos (Milão, Itália, em março e Salvador, Brasil, em junho) foram adicionados à rede da companhia. No final do exercício (dezembro), foram relançadas as ligações aéreas com o Senegal, conectando o novo aeroporto de Dakar com o aeroporto do Sal.

O desempenho operacional da companhia foi seriamente afetado por uma disrupção operacional total ocorrida entre 01 e 17 de julho, devido ao atraso na introdução de aviões na frota. De acordo com o plano de frota, parte integrante do Plano de Negócios 2018-2022, a operação da empresa seria suportada, a partir de junho por 3 (três) aviões, sendo 2 (dois) B757-200 em locação operacional de longo termo (A&M Lease) e 1 (um) em locação operacional de curta duração (ACMI Lease). Foram cancelados todos os voos programados para esse período, num total de 123, afetando 16.079 passageiros, que tiveram de ser protegidos em voos de terceiras companhias para chegarem ao seu destino.

A disrupção operacional constituiu um duro golpe para o processo de recuperação da empresa, que tinha vindo, desde novembro de 2017, a melhorar os seus níveis de performance, principalmente nos indicadores de regularidade e pontualidade e a construir gradualmente a sua reputação, em linha com os seus valores corporativos: Fiável, Eficiente, Diferente. A confiança do mercado foi severamente afetada, sobretudo nos mercados do Brasil, Itália e França, impondo um novo processo demorado e bastante exigente de recuperação. A operação para Itália acabaria por ser suspensa no final de outubro.

As operações começaram a voltar à normalidade em 17-Jul, após a entrada em linha de um avião B767-200 da Jordan Aviation, em Wet Lease (ACMI). Em 22-Jul, o primeiro dos dois aviões B757-200, em locação operacional (A&M) a longo termo, com matrícula D4-CCF, fez o seu primeiro voo no percurso Sal-Paris.



A companhia encerrou o exercício operando dois aviões B737-800 em Wet Lease (ACMI), tendo um deles iniciado em novembro e o segundo em dezembro. O D4-CCF saiu na primeira semana de novembro para Check C, reconfiguração da cabine e mudança de equipamentos (assentos, galley e WC). O avião da Jordan Aviation esteve em operação até 30 de novembro, altura em que terminou o contrato.

Resumo dos Principais Indicadores de Performance

RESULTADOS DO EXERCÍCIO				
DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	
Rendimentos				
De Passageiros	-5 659 467	-3 709 392	-3 291 800	
Outros	-1 137 743	-1 227 371	-374 270	
Total dos Rendimentos	-6 797 210	-4 936 763	-3 666 070	
Gastos Operacionais				
Avião - locação e manutenção	3 047 564	1 911 080	3 218 825	
Combustível	1 139 367	1 037 016	1 655 493	
Salários e relacionados com salários	1 313 580	1 241 068	1 298 417	
Gastos com tripulações em serviço de voo	147 424	220 061	220 061	
Handling, Aterragem e Navegação	1 168 206	774 348	939 885	
Distribuição, Marketing e Vendas	1 035 795	822 664	541 146	
Seguros	73 280	64 209	227 417	
Gastos com passageiros	492 918	451 694	1 202 416	
Outros gastos operacionais	191 965	1 975 701	638 655	
Total Gastos Operacionais	8 610 099	8 497 842	9 942 314	
EBITDA	1 812 889	3 561 079	6 276 245	
Depreciações e amortizações	158 432	104 540	127 488	
EBIT	1 971 321	3 665 619	6 403 733	
Resultados Financeiros	340 320	64 700	308 057	
EBT	2 311 641	3 730 319	6 711 790	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Aez' and 'B.'.

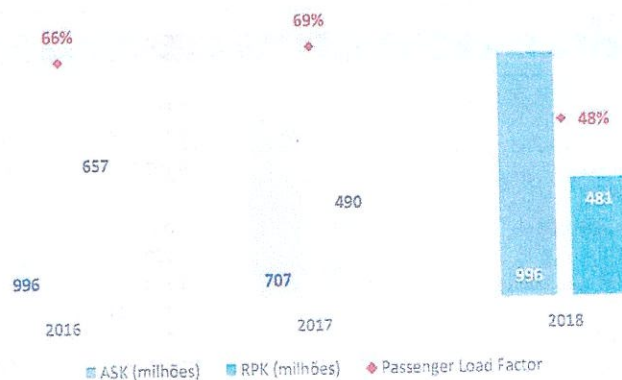
PRODUÇÃO E PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

DESCRIÇÃO		2016	2017	2018
Partidas	DEP	8 780,00	4 868,00	1 540,00
Horas Block	BLH	11 967,01	7 322,79	6 416,50
Passageiros transportados	PAX	571 381,00	319 442,00	151 814,00
Assentos Disponíveis	STS	807 640,00	484 689,00	325 580,00
Assentos-quilómetro Disponíveis	ASK	996 446 087,00	706 533 006,00	995 671 842,00
Passageiros-quilómetro	RPK	657 377 170,00	490 416 773,18	481 437 134,00
Toneladas-quilómetro Disponíveis	ATK	114 041 692,00	81 746 820,90	134 637 587,00
Toneladas-quilómetro	RTK	59 163 831,00	44 137 509,59	51 513 773,00
Combustível Consumido - JET A1 (Galões EUA)	JET	6 911 776,00	4 963 986,76	8 110 777,00
Quilómetros Percorridos	Km	6 030 539,00	3 984 165,00	5 096 405,00
Ocupação (passenger load factor)	PLF	66%	69%	48%
RASK E CASK (CVE)				
Rendimento de passageiro por ASK	PRASK	5,68	5,25	3,31
Rendimento total por ASK	RASK	6,82	6,99	3,68
Custo total por ASK	CASK	8,64	12,03	9,99

Indicadores Operacionais

Em setembro de 2017 a companhia tinha cessado as suas operações interilhas e regionais (ligando cabo Verde ao Senegal e à Guiné-Bissau) com aviões *turboprop* (ATR 72-500). A partir de então, o foco principal passou a estar centrado nas operações de médio-longo curso, mantendo-se alguma atividade interilhas para garantir conectividade ao *hub*.

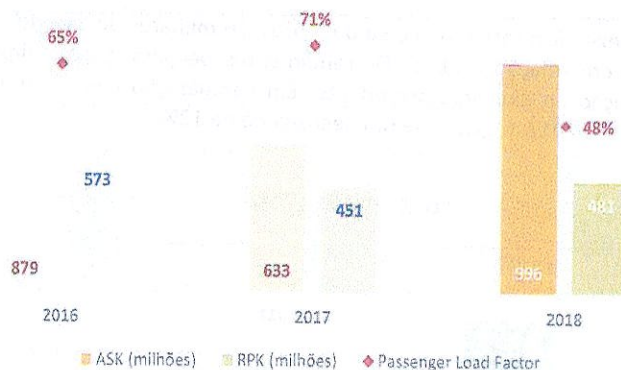
Assentos-Km, Passageiros-Km, Ocupação (Tota a Rede)



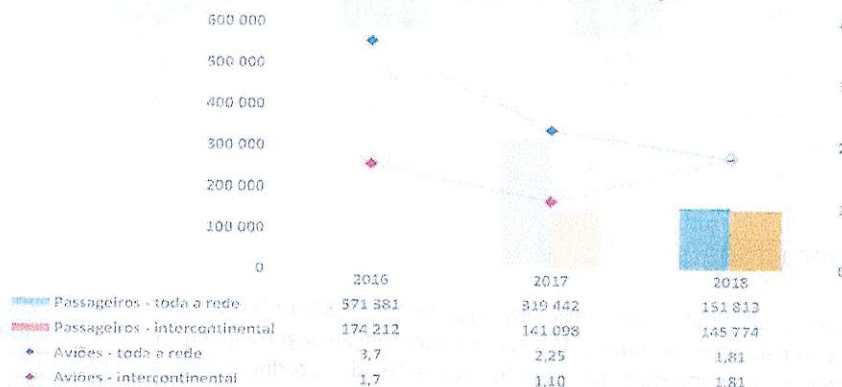
A participação da operação interilhas na oferta global em ASK (Assentos-quilómetro disponíveis) caiu de 9% em 2016 para 8% em 2017 e 0,5% em 2018.

A oferta no mercado intercontinental foi de 990 milhões de ASK em 2018, registando-se um crescimento de 56%, em relação a 2017 e de 13%, em relação a 2016. Já a procura não teve a mesma evolução, fundamentalmente por força da disrupção operacional de julho (a companhia esteve mais de duas semanas sem um único avião na frota). Tendo atingido os 480 milhões de RPK (passageiros-quilómetro), cresceu 6% em relação a 2017 e ficou aquém do nível de 2016 em 16%. Desta forma, a taxa de ocupação (*passenger load factor*) deteriorou-se 23 p.p., em relação a 2017 e em 17 p.p., em relação a 2016.

Assentos-Km, Passageiros-Km, Ocupação (Intercontinental)

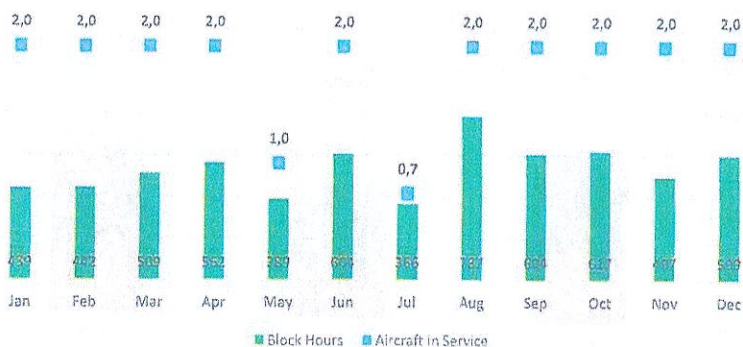


Passageiros Transportados, Aviões em Serviço



Em 2018, à exceção dos meses de maio e julho, estiveram regularmente em serviço 2 (dois) aviões. Foi realizado um total de 1.540 partidas (mais 578 que em 2017) e operadas 6.417 horas *block* (mais 2.155 que em 2017).

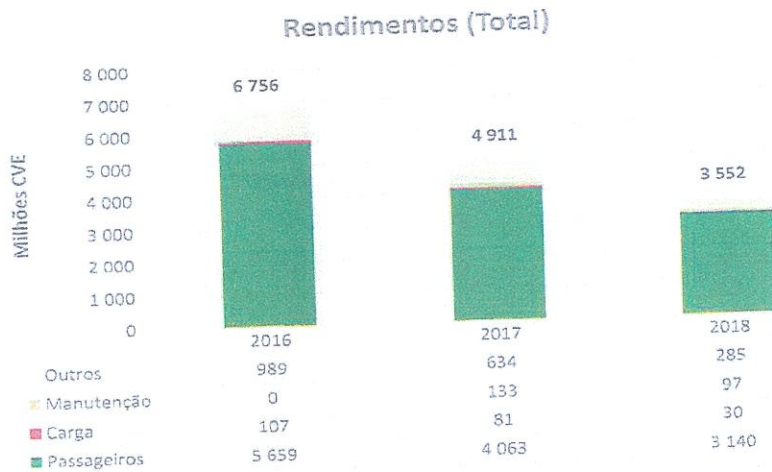
Horas Block, Aviões em Serviço (2018: Toda a Rede)



[Handwritten signatures and initials]

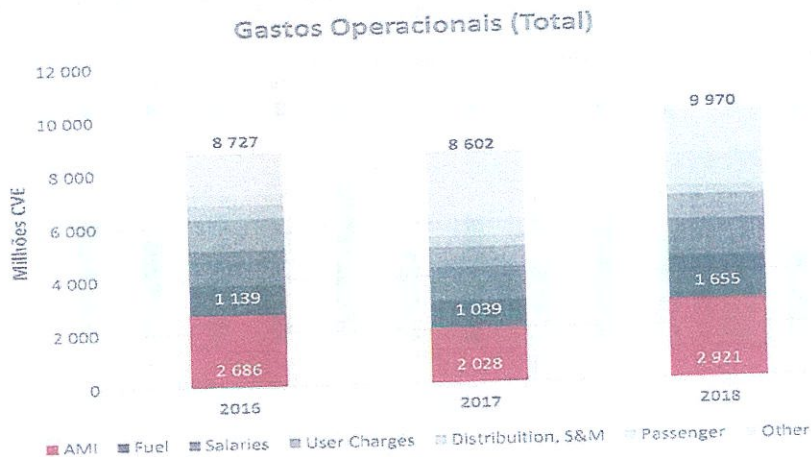
Rendimentos

Os rendimentos totais do exercício foram de cerca de 3.551.776 milhares de Escudos (mCVE), acusando uma quebra de cerca de 28% em relação a 2017. Os rendimentos de passageiros atingiram 3.140.324 mCVE, decrescendo 23% em relação ao exercício precedente. Em comparação com os rendimentos gerados pela operação intercontinental em 2017, registou-se um decréscimo de 12%.



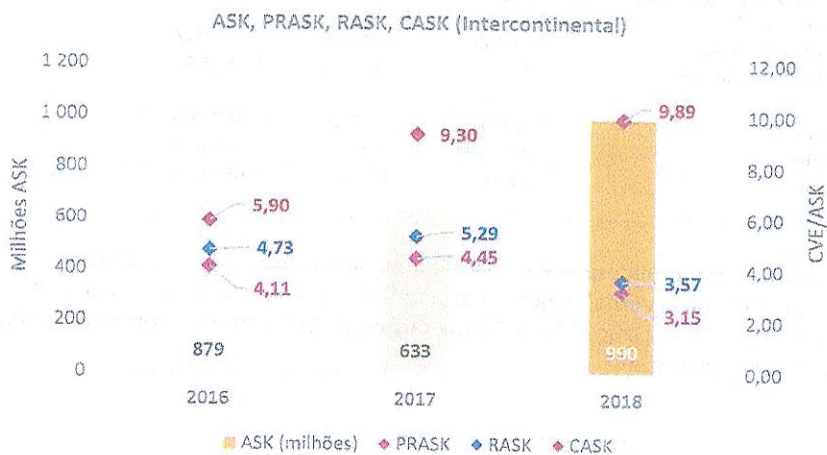
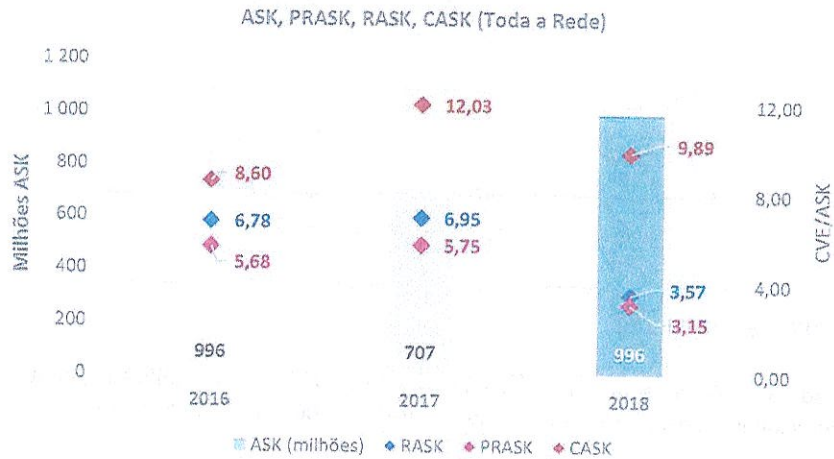
Gastos Operacionais

Os gastos operacionais globais contabilizaram cerca de 9.970.000 mCVE e cresceram 16% em relação a 2017. Importa realçar a evolução da rubrica AMI (avião-manutenção-seguros), com um incremento de 44%, face a 2017, ocasionado, fundamentalmente, pelo aumento da produção (horas *block*) de 64% na rede intercontinental. Destaque igualmente para o incremento dos gastos com combustível em 59% (aumento do consumo em 63%, com uma variação favorável de 6% nos preços) e dos gastos com o serviço a passageiros em 97%, derivado do impacto da disrupção operacional de julho. Nota positiva para a redução de 37% na rubrica outros gastos, onde estão incluídos os gastos gerais e administrativos.



Handwritten signature and initials in blue ink.

A evolução dos rendimentos unitários (PARSK, RASK) e dos custos unitários (CASK) reflete, para além do efeito dos fatores atrás referidos, a alteração do padrão operacional, de uma operação com uma forte componente regional em 2016 para uma operação essencialmente intercontinental em 2018.

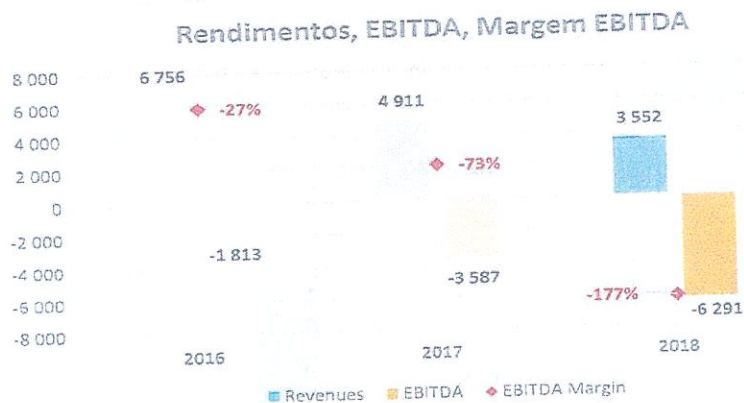


Resultados Operacionais

O resultado operacional (EBIT) em 2018 é negativo, na ordem dos 6.420.000 mCVE, refletindo uma degradação do desempenho económico de 74%, face a 2017. O EBITDA ronda no mesmo período os 6.300.000 mCVE negativos, deteriorando 75% em relação a 2017. A margem EBITDA evoluiu de -73% em 2017 para -177% em 2018.

O prejuízo total quase duplicou (+79%) neste exercício, em comparação com 2017, superando os 6.700.000 mCVE.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



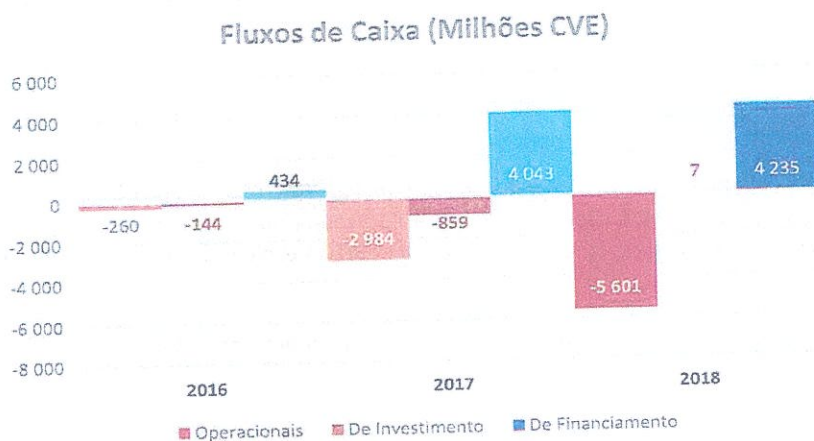
Fluxos de Caixa e Liquidez

Situação antecipada pelo plano de negócios, a demanda por liquidez cresceu significativamente em 2018, com as atividades operacionais a absorverem aproximadamente 5.600.000 mCVE no exercício.

FLUXOS DE CAIXA (Milhões CVE)			
Descrição	2016	2017 ¹⁾	2018
Fluxo Operacional	-259 587	-3 029 533	-5 600 634
Fluxo de Investimento	-143 783	-859 143	6 937
Fluxo de Financiamento	433 894	4 042 592	4 234 987
Efeito Cambial	-230	-4 781	0
Variação de Caixa	30 524	153 916	-1 358 709
Caixa Inicial	86 218	116 512	265 647
Caixa Final	116 512	265 647	-1 093 062

¹⁾ Reexpresso

Não tendo sido possível, conforme esperado, concluir a privatização e alterar o mecanismo de financiamento da empresa, o Estado de Cabo Verde, enquanto acionista único, voltou a ser preponderante na garantia do adequado suporte financeiro ao curso normal das operações, tendo aportado à companhia cerca de 4.000.000 mCVE cash ao longo do exercício.



Adicionalmente, a companhia obteve, junto à caixa Económica de Cabo Verde, financiamento bancário de curto prazo (no pressuposto de que o financiamento da empresa seria resolvido de forma mais sustentável, com a privatização, esperada a curto prazo), na forma de descoberto autorizado, que em 31 de dezembro de 2018 superava os 1.200.000 mCVE.

Importa ainda destacar a contribuição do crédito comercial obtido, que voltou a crescer em relação a alguns fornecedores (ASA, CV Handling, Loftleidir Icelandic, Eurocontrol) e da dívida fiscal e de contribuições à segurança social em Cabo Verde, o que obrigará a um esforço ainda maior do Estado de Cabo Verde no processo de resolução do passivo, condição prévia à privatização.

Síntese da Posição Financeira

O processo de resolução do passivo registou em 2018 progressos assinaláveis, com a assinatura de acordos de aceitação da transferência de créditos para a NewCo pela maioria dos principais credores. A conclusão do processo, que prevê, entre outras medidas de saneamento financeiro, a transferência de dívida em valor superior a EUR 110 M (cento e dez milhões de euro), deverá alterar profundamente o quadro da posição financeira apresentado no final deste exercício.

POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31-DEZ-2018		Milhões CVE		
DESCRIÇÃO	2018	2017	2016	
Ativo não-Corrente	461	1 214	678	
Ativo Corrente	1 684	1 854	1 950	
Total do Ativo	2 145	3 068	2 628	
Capitais próprios	-13 683	-11 172	-9 364	
Passivo não-Corrente	590	5 486	3 296	
Passivo Corrente	15 238	8 754	8 697	
Total do Passivo	15 828	14 240	11 993	
Total do Passivo e Capitais Próprios	2 145	3 068	2 629	

Cultura e Pessoas

Cultura Organizacional

O ano de 2018 marca o início de um forte investimento na transformação e fortalecimento da cultura organizacional, visando aprofundar a perceção e o compromisso dos colaboradores a todos os níveis da organização, com relação à visão, missão e valores da companhia.

Os valores corporativos que estarão no coração dos nossos colaboradores e os guiarão, individualmente e em equipa, na realização da missão da empresa - Conectando quatro Continentes – e na concretização da sua visão estratégica - **Ser a companhia aérea preferida para conexões eficientes entre os quatro continentes da Europa, América do Sul, África e América do Norte** - são: **Confiabilidade-Eficiência-Diferença**.

Confiabilidade refere-se aos padrões de qualidade observados em todos os pontos de contacto do cliente, desde a reserva pela web até o processo de check-in e à pontualidade da aeronave.

Eficiência refere-se ao curto tempo de viagem e conexão entre cada par de cidades na rede, bem como à experiência moderna do cliente, baseada na internet e operações corporativas enxutas.

Diferença refere-se ao espírito único de Cabo Verde, africano de coração e europeu de alma. Essa diferença permeia a empresa e proporciona uma experiência única ao cliente.

A Nossa Equipa

Em 31 de dezembro de 2018 a companhia tinha em ativo 321 colaboradores. Ao longo do exercício a empresa levou a cabo a primeira fase do redimensionamento do efetivo, com a dispensa, mediante mútuo acordo, de 99 colaboradores. No final do exercício a empresa tinha em regime de licença, cedência temporária, ou de requisição 11 colaboradores.

Data Ref.	Evolução do Quadro de Pessoal Ativo ⁽¹⁾						Total	VAR
	Geral ⁽²⁾	PNT	PNC	Manutenção	Ops Terra ⁽³⁾			
dez/18	166	36	76	25	18	321	-24%	
dez/17	213	42	81	60	24	420	-5%	
dez/16	228	48	81	62	25	444	-12%	
dez/15	255	59	85	71	35	505	0%	
dez/14	259	58	82	70	35	504	-37%	
dez/13	255	57	86	71	334	803	3%	
dez/12	252	54	78	69	324	777	3%	
dez/11	241	48	77	68	322	756		

(1) Não inclui Órgãos Sociais

(2) Inclui Pessoal Comercial, ADM & FIN, Dispatch e Controlo Operacional, Qualidade, Safety e Security

(3) Inclui o pessoal afecto ao serviço nas escalas (supervisão, handling)

PNT - Pessoal Navegante Técnico

PNC - Pessoal Navegante de Cabine

Conforme estabelecido no seu Plano de Redimensionamento da mão-de-obra, as desvinculações concluídas neste exercício, tiveram como base programas de adesão voluntária (pré-reforma e rescisão por mútuo acordo), de forma a minimizar os danos decorrentes do processo para todas as partes interessadas e assegurar o melhor conforto possível ao colaborador, com relação à opção exercida. Todos os critérios e condições adotados foram previamente sujeitos a negociação e validação dos sindicatos e associações representativas das classes profissionais abrangidas.

Formação Contínua

Os programas de formação realizados em 2018 priorizaram eventos orientados para a requalificação e revalidação de licenças do pessoal navegante, de manutenção e de Dispatch, cumprimento dos regulamentos e manutenção e desenvolvimento dos standards de qualidade e segurança operacional.

O plano estratégico da empresa considera o desenvolvimento de programas mais abrangentes, transversais à organização, visando o aprimoramento das práticas de gestão e da cultura de serviço e a melhoria da eficiência. Os eventos passarão a ter carácter recorrente, incorporando as inovações que o estado de arte da indústria proporcionar a cada etapa e promovendo sempre um modo de estar e de fazer inteligente e com total entrega, em linha com a missão, visão estratégica e os valores corporativos.

Eventos Subsequentes

Privatização

Em fevereiro de 2019 concluíram-se as negociações entre o Estado de Cabo Verde e o parceiro estratégico para a privatização da TACV. O acordo de compra e venda de 51% das ações da companhia foi assinado em 01-mar-2019 entre a Loftleidir Cabo Verde, EHF (comprador) e o Estado de Cabo Verde (vendedor).

Entre as condições do acordo de compra e venda, merecem destaque:

- a. A completa resolução do passivo (dívida comercial, dívida financeira, documentos pendentes de voo à data de 28-fev-2019, pendentes laborais, dívida fiscal e todo o passivo contingente, incluindo situações não conhecidas à data de 28-fev-2019, mas cujo facto gerador tenha ocorrido até essa data. Como compromisso naturalmente assumido pelo Estado CV, então acionista único, a resolução do passivo tinha sido iniciada em 2017, mediante a negociação, com credores previamente identificados de acordos, de transferência de dívida para a NewCo. Ficou estabelecido que o passivo não transferível (e.g. documentos pendentes de voo e algum crédito comercial obtido) seria resolvido, mediante suporte financeiro direto do Estado à empresa no valor então estimado de EUR 9,45 M.
- b. O suporte financeiro direto do Estado à empresa para a conclusão (i) da segunda fase do projeto de redimensionamento do efetivo e (ii) da mobilização do *staff* operacional para a Ilha do Sal.
- c. A transferência do ativo imobiliário da empresa para a propriedade do Estado.

Como medidas de suporte financeiro à implementação do Plano de Negócios

- d. A recapitalização da empresa, mediante a injeção pelos novos acionistas de USD 12,00 M, na proporção da sua participação social (Loftleidir CV: 51%; Estado CV: 49%).
- e. O suporte à empresa na obtenção de financiamento bancário de longo prazo, no valor de EUR 22,00 M, mediante a prestação pelos acionistas de garantias aos potenciais financiadores, na proporção da sua participação social.

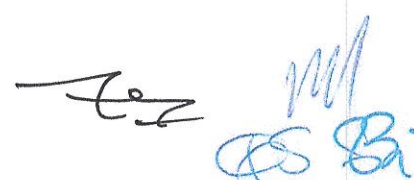
Em continuidade do processo de privatização, o Estado de Cabo Verde levou a cabo a alienação de 10% das ações a favor de colaboradores da companhia e da diáspora. Ainda em 2019 foi iniciada a preparação da alienação dos 39% remanescentes a investidores institucionais, mas o advento da pandemia de COVID-19 levou à suspensão do processo.

Novos Estatutos e Novos Órgãos Sociais

Em 04 de março de 2019 foram aprovados em reunião da Assembleia Geral, na qual esteve representada a totalidade do capital social - Loftleidir CV com 51% e Estado de Cabo Verde com 49%, os novos estatutos da sociedade e os novos órgãos sociais (Composição da Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Comissão Executiva). O novo Conselho de Administração, presidido por Björgolfur Johannsson, integrava cinco membros, sendo três executivos designados pelo acionista maioritário (Loftleidir CV) e dois não executivos designados pelo acionista minoritário (Estado CV). Os novos órgãos foram empossados na mesma data, tendo o Senhor Jens Bjarnason assumido como o novo CEO da companhia.

Atualização da Orgânica

No seguimento da tomada de posse do novo executivo, foram introduzidos ajustamentos à orgânica aprovada e implementada no final de 2018, com a realocação de algumas funções e responsabilidades. Foram reconfirmadas funções ainda por terceirizar e negociados, fechados e implementados os correspondentes contratos de prestação de serviço, designadamente para as funções de representação geral em diversos mercados, de assessoria jurídica, relações-públicas e de contact center. Foi decidido o encerramento das delegações e agências de Dakar, Lisboa, Paris e Rotterdam. Foi ainda decidido deixar a atividade de agenciamento na Praia e estabelecer com a New Tour Azores um acordo de concessão das lojas do Plateau e do aeroporto na Praia, por tempo determinado.



Redimensionamento do Efetivo – II Fase

Em fevereiro de 2019 (final da primeira fase do redimensionamento), a empresa tinha dispensado 121 colaboradores, todos em Cabo Verde, sendo 72 através do programa de pré-reforma e 49 através do programa de mútuo acordo, ambos de adesão voluntária.

Uma segunda fase do redimensionamento arrancou em março de 2019, com um plano de dispensa de mais 90 colaboradores, 63 em Cabo Verde e 27 nas representações no exterior. Do total da segunda fase, 28 colaboradores assinaram acordos de pré-reforma (27 em Cabo Verde), 33 aderiram à rescisão por mútuo acordo (25 em Cabo Verde e 8 no exterior) e 29 foram abrangidos pela rescisão unilateral, por iniciativa da empresa (11 em Cabo Verde e 18 no exterior). Estão ainda por fechar 26 processos, sendo 20 no exterior.

Em setembro de 2019 foi assinado um protocolo com o INPS, no âmbito do qual a companhia transferiu para aquela instituição a gestão do programa de pré-reforma, abrangendo um total de 90 (noventa) colaboradores em Cabo Verde. As responsabilidades financeiras futuras decorrentes do programa, no valor global de CVE 809 Milhões à data da transferência da gestão, foram integralmente assumidas pelo Estado de Cabo Verde, que é igualmente parte no protocolo.

Transferência de Dívida para a NewCo

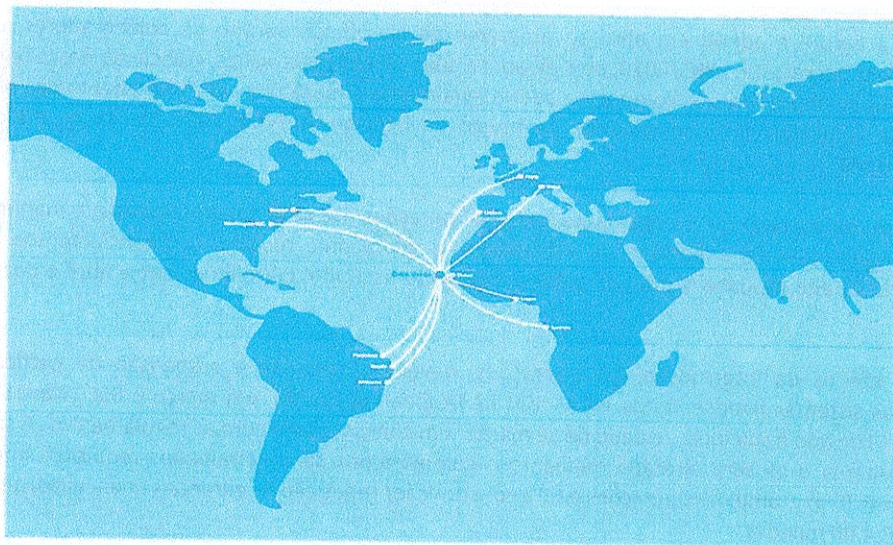
A primeira etapa do processo de resolução da dívida transferível para a NewCo, no valor global de cerca de EUR 96 milhões, incluindo crédito comercial, empréstimos bancários, empréstimos obrigacionistas, dívida fiscal e dívida de contribuições à segurança social em Cabo Verde, à data de 31 de janeiro de 2018, ficou concluída, com a formalização e publicação da Ordem de Transferência Nº1 e a assinatura do acordo de perdão de dívida entre a NewCo e a TACV. Está em curso a segunda etapa do processo de resolução abrangendo crédito comercial, dívida fiscal, dívida de contribuições para a segurança social e de taxas de regulação à aviação civil em Cabo Verde, no valor agregado de EUR 12,60 Milhões.

Novos Destinos e Reforço da Frota

Em março de 2019 uma segunda aeronave B757-200, adquirida em regime de *lease* A&M a longo termo, foi incorporada na frota da companhia. Um terceiro avião, do mesmo modelo e adquirido no mesmo regime, foi adicionado no final de 2019, tendo realizado a sua primeira operação em 13 de dezembro.

No início de julho foram relançadas as operações para Itália (Milão e Roma), depois da suspensão das ligações aéreas com esse país no final de outubro de 2018.

O lançamento de três novos destinos – Lagos (Nigéria), Porto Alegre (Brasil) e Washington (USA) – começou a ser preparado no segundo trimestre de 2019, perspetivando-se um alargamento da rede e um incremento significativo das operações e do número de passageiros transportados. As operações inaugurais desses novos destinos tiveram lugar entre 9 e 12 de dezembro de 2019.



Em agosto de 2019, depois de várias tentativas frustradas de acordo comercial com a Binter Cabo Verde, que garantisse conexões convenientes com as operações do hub aéreo, foi contratado em *wet lease* um avião ATR42-320 da companhia portuguesa Lease Fly, para assegurar tais conexões e dar igualmente suporte ao arranque do programa *stop over*, enquadrado no plano de negócios da companhia. O contrato de *wet lease* foi assumido como a primeira etapa de uma cooperação que deveria evoluir para o estabelecimento de uma companhia aérea regional, o projeto **Cabo Verde Connect**. Neste sentido, o processo de certificação e registo da aeronave em Cabo Verde teve início ainda em 2019. Com a chegada da pandemia, o projeto foi suspenso.

Disrupção Operacional Parcial em Dez-2019

A entrega atrasada de aeronaves voltou a afetar profundamente a operação da companhia na primeira metade de dezembro de 2019. Duas aeronaves B757-200, uma em lease A&M e outra em *wet lease*, eram esperadas em novembro, mas chegaram com três e duas semanas de atraso, respetivamente, comprometendo a operação em toda a rede, com uma longa sequência de atrasos e cancelamentos. O impacto foi particularmente negativo nas novas rotas recém-abertas, cujo sucesso dependia da confiança construída nessa fase crucial da operação.

Um total de 599 voos sofreu atrasos superiores a 15 minutos, ou cancelamentos. Mais de 48 mil passageiros viveram uma experiência muito negativa, completamente contrastante com aquela que a empresa já vinha proporcionando aos seus clientes, pelo menos ao nível da regularidade e da pontualidade. Os danos tangíveis para a empresa foram avaliados em cerca de EUR 8,60 milhões.

Suspensão Completa da Operação

O ano de 2020 teve início sob o espectro da COVID-19. A chegada da pandemia começou a atingir a atividade da empresa em fevereiro de 2020, quando o Governo de Cabo Verde decretou o fecho das fronteiras para ligações aéreas com a Itália. Nessa altura oito voos por semana, para Milão e Roma, foram suspensos.

Em 19 de março, no seguimento do encerramento das fronteiras para todas as ligações aéreas entre Cabo Verde e o exterior, a companhia suspendeu todas as suas operações, entrando num estado de completa hibernação.

Sem qualquer rendimento da atividade produtiva e sem reservas de caixa, a sobrevivência da companhia passou a estar dependente do suporte financeiro que os seus acionistas pudessem aportar, ou do suporte para mitigar os efeitos da pandemia, disponibilizado pelo Estado de Cabo Verde às empresas.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

Sendo assim, a empresa aderiu em abril ao programa de lay-off temporário de colaboradores, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei nº83/2020, de 4 de abril e suas sucessivas revisões, colocando nesse regime mais de 70% dos seus colaboradores. A companhia aderiu igualmente à moratória ao cumprimento das obrigações decorrentes de contratos de financiamento, ao abrigo do Decreto-Lei Nº38/2020, de 31 de março e suas sucessivas revisões.

Adicionalmente, para assegurar o pagamento das remunerações aos seus colaboradores e a manutenção de serviços essenciais durante o período de hibernação, a companhia recorreu a financiamentos bancários garantidos pelo Estado de Cabo Verde, no valor aproximado de EUR 4,00 milhões entre abril e dezembro de 2020.

Entre outros efeitos da interrupção das operações, devem destacar-se a suspensão da participação da companhia nos sistemas financeiros da IATA - ICH (IATA Clearing House), em março e BSP (Bank Settlement Plan), em abril - devido à sua incapacidade de se manter em conformidade com os regulamentos. A situação de suspensão continua e só será alterada mediante o cumprimento de determinados requisitos importantes, designadamente (i) a retoma das operações e (ii) a constituição/ reposição de garantias financeiras, que poderão rondar os EUR 4,00 milhões.

Desde junho de 2020, a empresa vem mantendo em Miami, EUA, os três aviões da sua frota. Dois deles foram posicionados pouco depois da suspensão das operações para, aproveitando o tempo de paragem forçada, serem submetidos a inspeções programadas e outros trabalhos relevantes. Depois das inspeções, têm sido mantidos em preservação, como é prática na indústria em situações de paragem prolongada.

Em dezembro de 2020, foi terminado o contrato com a SITA (Société Internationale de Télécommunications Aéronautiques), ao abrigo do qual a TACV vinha utilizando o sistema de reservas daquela empresa. O término do contrato estava inicialmente previsto para dezembro de 2021, mas, face às circunstâncias decorrentes da pandemia, as partes consideraram mutuamente vantajoso antecipá-lo.

Negociações entre os Acionistas e o Governo/ Plano de Recuperação

Desde a suspensão da atividade, a administração da companhia manteve um monitoramento contínuo da evolução da situação sanitária e dos eventos relevantes nos vários mercados de interesse para a sua operação. Manteve igualmente contacto permanente com os acionistas e com o Governo de Cabo Verde, promovendo conversações entre as partes sobre as possíveis soluções para a situação atual da empresa e melhores cenários para a retoma.

Em outubro de 2020, depois de muitos avanços e recuos, muitas vezes também impostos pela conjuntura externa, começou a definir-se um acordo entre os acionistas e o governo sobre um possível plano de recuperação e as condições do necessário suporte financeiro à empresa.

O acordo, em fase de conclusão, assume o pressuposto de que os credores comerciais da empresa também se comprometerão com uma contribuição significativa para o plano de recuperação.

O plano de recuperação pressupõe o reposicionamento em Cabo Verde de dois dos três aviões B757-200, os quais constituirão a frota na fase de relançamento. Outro componente importante do plano é o projeto de implementação de um novo motor de reservas, em substituição do sistema SITA, cujo contrato foi terminado. A nova solução está identificada e a assinatura do contrato, assim como o arranque da sua implementação, está apenas dependente da conclusão do acordo entre os acionistas. A perspetiva de atividade reduzida a médio prazo obriga a considerar um novo redimensionamento da organização, o qual será acompanhado de uma profunda transformação digital centrada no cliente.



Proposta de Aplicação de Resultados

Sendo negativos, no valor de 6.711.790 mCVE, os resultados líquidos do exercício, o Conselho de Administração propõe integrá-los nos resultados transitados.

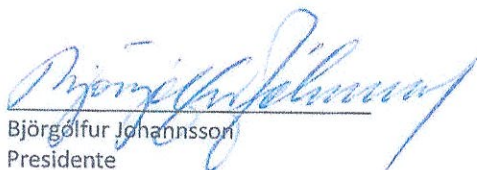
Necessidade de Reforço dos Capitais Próprios


A companhia vem operando há vários anos, consecutivamente, em não conformidade com o disposto no Art.43º do Código das Empresas Comerciais. A evolução negativa registada no exercício de 2018, impõe a tomada de medidas a curto prazo para reforçar os Capitais Próprios e sanear esta não conformidade. Devidamente informado desta necessidade, ao abrigo do Nº 1 do citado artigo, o Estado de Cabo Verde, enquanto acionista único, tem em curso um programa com as medidas de saneamento adequadas.


Agradecimentos

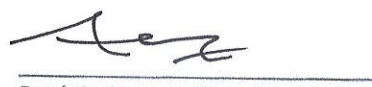
O Conselho de Administração aproveita a ocasião para endereçar a todos os parceiros os seus agradecimentos pela manutenção do seu suporte à companhia em tempos difíceis, ao Estado de Cabo Verde, na qualidade de acionista, pelo suporte que, ao longo do exercício, não obstante as restrições existentes, disponibilizou à empresa, viabilizando a sua continuidade. O Conselho de Administração gostaria igualmente de registar o seu apreço pela colaboração e assessoria dos auditores externos e ainda de expressar o seu especial reconhecimento aos colaboradores, renovando a mensagem de confiança no futuro.

Praia, Fevereiro de 2021
O Conselho de Administração


Björgólfur Johannsson
Presidente


Jens Bjarnason
Administrador


Erlendur Svavarsson
Administrador


Eugénio Augusto Pinto Inocêncio
Administrador

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE, SA
Nº4, Av. Amílcar Cabral, Praia, CABO VERDE
NIF: 200121103

Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one below it.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

BALANÇO

TACV - TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE
 Nº4, Av. Amílcar Cabral, Praia
 NIF: 200121103

BALANÇO EM 31 DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de Escudos - 000 CVE)

RUBRICA	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Apresentado	31/12/2017 Reexpresso
ATIVO				
Ativo não corrente				
Activos fixos tangíveis	3			
Terrenos e recursos naturais		21 421	21 421	21 421
Edifícios e outras construções		38 912	42 486	42 486
Equipamento básico		58 130	147 673	147 673
Equipamento de transporte		8 168	5 409	5 409
Equipamento administrativo		9 040	16 421	16 421
Outros activos fixos tangíveis		16 319	16 436	16 436
Propriedades de investimento	4	24 091	25 359	25 359
Activos intangíveis	5	15 089	29 462	29 462
Participações financeiras - Outros métodos		-	14 532	14 532
Outras contas a receber	6	221 973	147 715	58 162
Outros activos financeiros	7	47 570	836 731	836 731
Total do activo não corrente		460 713	1 303 646	1 214 092
Ativo corrente				
Inventários	8	25 682	326 945	326 945
Clientes	9	89 288	504 312	504 312
Adiantamento de fornecedores	10	114 055	5 194	5 194
Estado e outros entes públicos	11	19 105	19 008	19 008
Outras contas a receber	6	169 785	374 108	192 866
Diferimentos		14 741	9 684	9 684
Outros activos financeiros	7	1 137 298	-	-
Caixa e depósitos bancários	12	114 316	841 507	796 384
Total do ativo corrente		1 684 270	2 080 759	1 854 394
Total do Ativo		2 144 983	3 384 404	3 068 486
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio	13			
Capital realizado		1 000 000	1 000 000	1 000 000
Outros instrumentos de capital próprio		9 158 623	5 215 584	5 215 584
Reservas legais		91 905	91 905	91 905
Outras reservas		660 930	660 930	660 930
Resultados transitados		(17 882 227)	(15 158 017)	(14 384 744)
Resultado líquido do período		(6 711 790)	(3 755 956)	(3 755 956)
Total do capital próprio		(13 682 559)	(11 945 553)	(11 172 280)
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	14	588 000	629 144	629 144
Financiamentos obtidos	15	-	4 855 625	4 855 625
Fornecedores	16	1 650	1 650	1 650
Outras contas a pagar	17	-	-	-
Total do passivo não corrente		589 650	5 486 419	5 486 419
Passivo corrente				
Provisões	14	617 932	755 683	755 683
Fornecedores	16	2 692 774	1 846 663	1 783 866
Adiantamentos de clientes		-	2 406	2 406
Estado e outros entes públicos	11	1 722 003	1 919 270	1 919 270
Financiamentos obtidos	15	7 856 527	1 968 977	1 968 977
Outras contas a pagar	17	1 718 022	2 608 507	1 582 113
Diferimentos	18	630 634	742 032	742 032
Total do passivo corrente		15 237 892	9 843 538	8 754 347
Total do passivo		15 827 542	15 329 957	14 240 766
Total do capital próprio e do passivo		2 144 983	3 384 404	3 068 486

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

TACV - TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE

Nº4, Av. Amílcar Cabral, Praia
NIF: 200121103

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO: 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Escudos - 000 CVE)

RUBRICA	Notas	EXERCÍCIO	
		2018	2017
Vendas e Prestação de serviços	19	3 493 048	3 257 862
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	20	(35 166)	(147 853)
Resultado operacional bruto		3 457 883	3 110 010
Fornecimentos e serviços externos	21	(7 851 071)	(5 432 740)
Valor acrescentado bruto		(4 393 189)	(2 322 730)
Gastos com o pessoal	22	(1 330 086)	(1 241 068)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	8	(266 098)	(50 070)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6 & 9	(213 755)	(130 983)
Provisões (aumentos/reduções)	14	(42 024)	(1 021 940)
Outros rendimentos e ganhos	23	58 717	1 653 263
Outros gastos e perdas	24	(104 344)	(473 187)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos financeiros e impostos		(6 290 777)	(3 586 716)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	25	(85 383)	(87 021)
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis	3	(42 106)	(17 519)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		(6 418 265)	(3 691 256)
Juros e ganhos similares obtidos	26	20 929	312 048
Juros e perdas similares suportados	27	(314 454)	(376 748)
Resultado antes de Impostos		(6 711 790)	(3 755 956)
Imposto sobre o rendimento do período	28	-	-
Resultado líquido do período		(6 711 790)	(3 755 956)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(6 711 790)	(3 755 956)
Resultado por acção básico (Escudo)	29	(6 712)	(3 756)

O Conselho de Administração

António Duarte
Luís Gonçalves
António Gonçalves
Artur

M
ASB

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

TACV - Transportes Aéreos de Cabo Verde
 IFA, Av. Amílcar Cabral, Praia
 NIF: 200121103

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PERÍODO: 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de euros - €0 CVE)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital						Total
		Capital realçado	Douros instrumentos de capital próprio	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados Transilados	Resultado líquido do período	
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	1 000 000	4 040 829	91 895	660 930	(12 846 380)	(2 311 636)	(9 384 352)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(3 755 956)	(3 755 956)
Alterações nas políticas contabilísticas e correções de erros		-	-	-	-	773 273	-	773 273
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	773 273	(3 755 956)	(2 982 683)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações com detentores de capital		-	1 174 755	-	-	-	-	1 174 755
OUTRAS OPERAÇÕES	3	-	1 174 755	-	-	-	-	1 174 755
Aplicação de resultados do exercício anterior		-	-	-	-	(2 311 636)	2 311 636	-
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2017 REEXPRESSO	1+2+3+4	1 000 000	5 215 584	91 895	660 930	(14 384 744)	(3 755 956)	(11 172 280)
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	1 000 000	5 215 584	91 895	660 930	(14 384 744)	(3 755 956)	(11 172 280)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(6 711 790)	(6 711 790)
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	-	(6 711 790)	(6 711 790)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações com detentores de capital		-	3 943 039	-	-	-	-	3 943 039
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	258 472	-	258 472
OUTRAS OPERAÇÕES	3	-	3 943 039	-	-	258 472	-	3 943 039
Aplicação de resultados do exercício anterior		-	-	-	-	(3 755 956)	3 755 956	-
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2018	1+2+3+4	1 000 000	9 158 623	91 895	660 930	(17 882 227)	(6 711 790)	(13 682 559)

Conselho de Administração

Stúgees de souza
Leus Bragança
Pijórgalfo
Asz

MA
AS
BR

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

TACV - TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE

Nº4, Av. Amílcar Cabral, Praia

NIF: 200121103



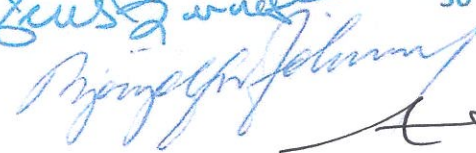
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO: 1 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Escudos - 000 CVE)

RUBRICA	Notas	31-Dec-18
Método Indirecto		
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Resultado do exercício		(6 711 790)
Ajustamentos:		
Depreciações e amortizações		85 383
Imparidades (perdas/reversões)		521 958
Provisões (aumentos/reduções)		42 024
Juros e rendimentos similares obtidos		(20 929)
Juros e gastos similares suportados		314 454
Outros gastos e rendimentos		36 419
Inventários (aumentos/diminuições)		35 166
Contas a receber (aumentos/diminuições)		(48 419)
Contas a pagar (aumentos/diminuições)		624 225
Outros ativos correntes (aumentos/diminuições)		(362 669)
Gastos diferidos (aumentos/diminuições)		(5 057)
Rendimentos diferidos (aumentos/diminuições)		(111 398)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(5 600 634)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		(12 868)
Ativos intangíveis		(1 124)
Recebimentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		20 929
Fluxos de caixa das Actividades de Investimento (2)		6 937
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Cobertura de prejuízos		258 472
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		3 943 039
Financiamentos obtidos		551 325
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		(203 395)
Juros e gastos similares		(314 454)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		4 234 987
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1 358 709)
Efeito das diferenças de câmbio		0
Caixa e seus equivalentes no início do período - Reexpresso	12	265 647
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	(1 093 062)

Conselho de Administração




 30




ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EMPRESA DE TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE, S.A. - TACV, S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

Introdução

A Empresa de Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A. - TACV, S.A. (adiante designada por TACV ou Empresa), resulta da transformação da Empresa Pública dos Transportes Aéreos de Cabo Verde - TACV, E.P., criada pelo Decreto-Lei nº 131/81, de 21 de novembro, em Empresa anónima de responsabilidade limitada, nos termos do Decreto-Lei nº 21/2000, de 15 de maio, diploma que igualmente estabeleceu os seus anteriores Estatutos. Na sequência da privatização ocorrida em março de 2019, foram publicados os novos Estatutos da Empresa. O capital estatutário da Empresa, até 31 de dezembro de 2018 integralmente detido pelo Estado de Cabo Verde, passou a ser detido pela Loftleidir Cabo Verde em 51% e pelo Estado de Cabo Verde em 49%.

O objeto principal dos TACV consiste na exploração dos serviços públicos de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, bem como na prestação de serviços e na realização de operações comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta e indiretamente com a referida exploração e, ainda, no exercício de outras atividades conexas ou complementares do seu objeto principal. A Empresa é signatária de um acordo multilateral com a IATA - International Air Transport Association.

A Empresa dispõe atualmente de uma frota de três aeronaves Boeing 757, em regime de locação operacional.

0. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

No exercício de 2018 a Empresa procedeu à conferência das rubricas do balanço que apresentavam indícios de incorreção e de imparidade ou cuja natureza se encontrava em fase de análise, tendo efetuado diversas regularizações por contrapartida de Resultados Transitados, dado que as situações identificadas transitaram de exercícios anteriores. Em função deste facto, a Empresa reexpressou os comparativos de 2017, como segue:

	mESC		Diferença
	2017 Reexpresso	2017 Apresentado	
Outras contas a receber (ver Nota 6)			
Outras contas a receber (corrente)	192 866	374 108	(181 242)
Fornecedores, conta caução (não corrente)	58 162	147 715	(89 553)
Caixa e depósitos bancários (Nota 12)	796 384	841 507	(45 123)
Fornecedores (ver Nota 16)	1 783 866	1 846 663	62 797
Outras contas a pagar (Nota 17)	1 582 113	2 608 507	1 026 394
Resultados Transitados (Nota 13)	(14 384 744)	(15 158 017)	(773 273)

Conforme referido nas notas 1.18 (iv) e 13, a Empresa apresenta fundo de maneo e capital próprio negativos. Apesar disto, apresentou as suas demonstrações financeiras com base no princípio da continuidade por se considerar que os atuais acionistas irão apoiar a Empresa a solver os seus compromissos, apoio esse expresso formalmente através do contrato de compra e venda de ações entre o Governo de Cabo Verde e a Loftleidir Cabo Verde EHF e da carta conforto datada de 22 de fevereiro de 2021.

A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

1. Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1. Ativos fixos tangíveis e depreciações

O ativo fixo tangível é valorizado pelo respetivo custo de aquisição, o qual inclui o preço da fatura do fornecedor acrescido de despesas de compra e instalação, líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade (ver Notas 1.5 e 3), tendo-se verificado as seguintes derrogações a este princípio:

- Dois edifícios urbanos em Santiago e um edifício urbano em S. Nicolau foram, com referência a 1 de janeiro de 2004, reavaliados para os respetivos valores de mercado, determinados por entidades independentes, ao abrigo do Despacho nº 667/GMFP/2004, de 29 de setembro, do então Ministério das Finanças e Planeamento.
- Os restantes bens do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1992 encontram-se reavaliados com base (i) no disposto no Decreto-Lei nº 1/84, por aplicação ao custo dos respetivos coeficientes de correção monetária e (ii) em critérios de avaliação técnica direta, estimada com base no estado atual de uso e conservação e no respetivo período de vida útil remanescente, relativamente aos bens cujo custo histórico era desconhecido.
- As reavaliações acima referidas são equivalentes ao justo valor nessa data pelo que foram assumidas como custo considerado para efeitos do novo normativo. Assim, não foi efetuado qualquer ajustamento na transição daí resultante, assumindo a Empresa a valorização destes ativos pelo custo após este período.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes. As taxas anuais aplicadas aos bens de maior significado são as seguintes:

Edifícios e outras construções	2% a 4%
Equipamento básico (de voo)	
Motores de reserva e sobressalentes	8,33%
Equipamento de transporte	12.5% a 20%
Equipamento administrativo	8,33% a 25%
Outros ativos fixos tangíveis	10% a 20%

Os terrenos e o ativo fixo tangível em curso não são objeto de depreciação.

1.2. Ativo fixo tangível em regime de locação

Os ativos fixos tangíveis adquiridos em regime de locação operacional - parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador - e respetivas responsabilidades não são registados no balanço. Os pagamentos efetuados são registados na demonstração dos resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

Havendo, os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades perante o fornecedor, são registados no balanço. A componente de renda anual respeitante à amortização do capital é deduzida ao valor da dívida originalmente registada e a parcela respeitante a juros é imputada à demonstração dos resultados. A depreciação do ativo, calculada conforme descrito em 1.1 acima, é igualmente registada como custos na demonstração dos resultados do período a que respeita.

1.3. Propriedades de investimento

Compreendem edifícios em arrendamento e encontram-se valorizados ao custo de aquisição. Por se considerar imaterial o efeito da avaliação não se procedeu à determinação do justo valor.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. A taxa utilizada foi de 4%.

1.4. Ativos fixos intangíveis e amortizações

Dizem respeito à certificação de qualidade para voos para os EUA (ETOPS) e programas de computador. São amortizados pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, ao longo de um período de dez anos.

1.5. Imparidade de ativos

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para a realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.6. Inventários e ajustamentos

A Empresa adota o sistema de inventário intermitente.

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido das despesas adicionais de compra, sendo o custeio dos consumos determinado segundo o método do custo médio ponderado.

Perdas de valor em inventários são calculadas com base em critérios de avaliação técnico-comercial.

1.7. Contas a receber de Clientes e Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal (histórico) ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de qualquer perda por imparidade (ver Notas 6 e 9).

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

1.8. Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação, quando incorridos, os quais são considerados como uma parcela dos juros suportados em cada período. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de Resultados financeiros da demonstração de resultados, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, conforme política definida na Nota 1.19.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros investimentos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários apresentados no balanço na rubrica de Financiamentos obtidos.

1.10. Benefícios aos empregados e benefícios pós-emprego

De acordo com a legislação cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, gasto este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras contas a pagar (ver Nota 17).

Os trabalhadores da Empresa encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma, exceto no caso referido em 1.11 abaixo.

No âmbito da reestruturação da Empresa, (i) foi negociado o termo do vínculo contratual com 68 trabalhadores, mediante o pagamento das correspondentes indemnizações, previsto que ocorra em 2019, (ii) foram identificados 62 trabalhadores com quem a desvinculação será involuntária e (iii) foi estabelecido um programa de pré-reforma por mútuo acordo com 62 trabalhadores. Essas responsabilidades foram objeto de provisão (ver Nota 14), no caso do plano de pré-reforma, registada pelo valor descontado.

1.11. Pensões de reforma antecipada

A Empresa assumiu a responsabilidade com os encargos resultantes da reforma antecipada acordada com 22 trabalhadores em 2015 e 9 trabalhadores em 2016, dos quais presentemente apenas 20 permanecem no plano, a qual se encontra registada pelo seu valor descontado (ver Nota 14).

1.12. Conversão cambial – transações e saldos

As transações expressas em moeda estrangeira são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio oficial da data em que ocorrem, ou ao câmbio IATA (International Air Transport Association), tratando-se de transações com entidades membros da Câmara de Compensação.



No final de cada exercício, os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira são atualizados para Escudos pela aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do balanço por referência às paridades vigentes nessa data, integram a demonstração dos resultados, nas rubricas de Juros e ganhos similares obtidos e Juros e perdas similares suportados, se relacionadas com financiamentos obtidos e concedidos ou nas rubricas de Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas, se referentes a ativos financeiros.

1.13. Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicada uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2014 a 2018 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.14. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que a Empresa identifica uma obrigação presente (legal ou construtiva) que resulta de acontecimentos passados e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação.

1.15. Reconhecimento do rédito de exploração aérea e respetivas comissões

O produto das vendas decorrentes do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como um passivo na rubrica Diferimentos - "Documentos pendentes de voo" (ver Nota 18). Quando o transporte é efetivamente realizado ou a venda cancelada, o montante da venda é transferido para proveitos do exercício ou contas a pagar, consoante o transporte tenha sido efetuado (a) pela Empresa ou a venda cancelada sem direito a reembolso ou (b) por outra transportadora aérea ou a venda cancelada com direito a

reembolso, respetivamente. Os bilhetes emitidos por outras transportadoras aéreas, se utilizados nos voos da Empresa, são reconhecidos como proveitos no momento da sua utilização.

As comissões concedidas aos agentes pela venda de bilhetes integram a demonstração de resultados do exercício em que são atribuídas, independentemente do momento em que o transporte é efetuado.

1.16. Reparações programadas em aeronaves

Até 2017, os custos com as reparações programadas em aeronaves, quando os aparelhos completavam o número de horas de voo que obriga à sua realização, eram reconhecidos antecipadamente em função do número de horas de voo efetivamente realizadas, sendo refletidos na demonstração dos resultados na rubrica de fornecimentos e serviços externos e em balanço na rubrica de Outras contas a pagar (ver Nota 17). Com a realização da reparação esta rubrica era regularizada por contrapartida de Fornecedores. Em 2017, com a devolução dos aviões ATR e com o processo, em curso, da devolução do Boeing, as respetivas reparações programadas foram regularizadas (ver Nota 17). As rendas dos contratos de locação operacional de aeronaves celebrados em 2018 incluem os custos de manutenção e reparação (incluindo grande reparações).

1.17. Classificação como corrente e não corrente

Os ativos e passivos são classificados como correntes e não correntes tendo em conta o ciclo de exploração da Empresa. Com base neste critério poderão ser incluídos no Ativo Corrente montantes cuja realização não se espera que ocorra nos próximos 12 meses, nomeadamente no caso de Inventários. Sempre que isto se verifica é divulgado o valor em relação ao qual a expectativa de regularização é superior a 12 meses.

1.18. Gestão de riscos financeiros

(i) Risco cambial

A exposição cambial da Empresa é resultado, a nível da receita, da dispersão geográfica das suas vendas de bilhetes e carga em mercados europeus fora da zona euro, no Brasil e nos Estados Unidos da América, representando estas vendas cerca de 26,09% do total. A nível de custos, regista-se uma exposição significativa ao dólar, em termos de aquisição de combustíveis e bens, do leasing operacional dos aviões, das reparações dos aviões e peças de reposição e do financiamento obtido denominado em dólares.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Empresa sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não são contratados instrumentos de fixação das taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa reside na possibilidade de incumprimento por parte de determinados clientes, designadamente entidades privadas e do sector público que beneficiam de vendas a crédito. Relativamente às agências de viagens nacionais e outros agentes de venda que não são membros da IATA (International Air Transport Association), o risco é mitigado pela existência de garantias bancárias. Os bilhetes vendidos através dos outros agentes de viagens e os bilhetes utilizados em voos da TACV são liquidados à Empresa através de um sistema de compensação específico da indústria, coordenado pela IATA, facto que reduz o risco de crédito. De realçar que dada a natureza das transações a nível da atividade de transporte aéreo, o montante de risco incorporado nos valores a receber de clientes é significativamente mitigado, existindo aliás um saldo significativo, de forma recorrente, relativo a adiantamentos de clientes referentes aos montantes pagos antes da concretização do voo.



(iv) Risco de liquidez

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos, pode ser apresentada da seguinte forma:

	mESC	
	2018	2017
Activo corrente	1 534 322	1 771 236
Passivo corrente	13 989 326	8 840 727
Fluxo de caixa das actividades operacionais	N/D	(5 600 634)
	<u>(12 455 004)</u>	<u>(12 670 124)</u>

N/D - Não disponível

O ativo corrente encontra-se deduzido dos Inventários, destinados ao consumo (ver Nota 8), dos Adiantamentos a fornecedores e dos Diferimentos e o passivo corrente dos Adiantamentos de clientes, dos Diferimentos e das Provisões.

Não se encontra disponível (n/d) informação sobre os fluxos de caixa das actividades operacionais para 2019, não sendo, expectável, contudo, que venha a superar os mESC 12 455 004.

De realçar, entretanto, o Acordo de Cessão de Créditos e Assunção de Dívidas celebrado entre a TACV, a NewCo - Reclamação e Resolução de Créditos, Empresa Unipessoal, SA (entidade integralmente detida pelo Estado de Cabo Verde) e os Credores da TACV que o vierem a subscrever, no âmbito do qual se prevê a transferência de créditos detidos sobre a TACV num total de cerca de mESC 12 000 000 para a NewCo (ver Nota 35), facto que irá mitigar o risco de liquidez existente. Refira-se que face aos acordos já alcançados, esses créditos não vêm sendo reclamados à Empresa. Adicionalmente, no âmbito do contrato de compra e venda de ações, os dois acionistas realizaram prestações acessórias no montante de 12 milhões de dólares e o acionista Estado avalizou, em 2019, financiamentos no valor total de 22 milhões de Euros (ver Nota 35). As necessidades de financiamento apresentadas em 2017 foram supridas em 2018 com recurso, principalmente, (i) ao apoio do acionista Estado (ver Nota 13) e (ii) a empréstimos bancários destinados ao apoio de tesouraria no valor total de cerca de mESC 1 800 000, com aval do Estado (ver Nota 15).

1.19. Especialização de exercícios

A Empresa observa, genericamente, o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas significativas das suas demonstrações financeiras.

1.20. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.

2. Fluxos de caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos Bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três 3 meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

3. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações resumem-se como segue:

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
Posição em 1 de Janeiro de 2017							
Valor de aquisição ou reavaliado	21 421	322 729	1.452.955	72 042	592 225	143 234	2 604 616
Depreciação acumulada	-	(274 145)	(1 196 025)	(65 109)	(566 341)	(120 975)	(2 222 594)
Imparidade acumulada	-	-	(66 000)	-	-	-	-
Valor líquido	21 421	49 584	190 940	6 933	25 884	22 260	316 023
VARIAÇÕES EM 2017							
Valor líquido inicial	21 421	49 584	190 940	6 933	25 884	22 260	316 023
Aquisições	-	-	20 725	-	1 747	-	24 652
Abates - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(21 626)	-	(5 659)	-	(27 275)
Abates - depreciação acumulada	-	-	20 887	-	5 640	-	26 527
Correcções/Anulações - valor de aquisição ou reavaliado	-	11	7 959	476	(3 310)	(3 103)	2 047
Correcções/Anulações - depreciação acumulada	-	(6 110)	(63 704)	(2 002)	(7 891)	(4 299)	(74 007)
Depreciação do exercício (Nota 24)	-	-	(17 519)	-	-	-	(17 519)
Imparidades do período	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	21 421	42 486	147 673	5 409	16 421	16 437	249 845
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017							
Valor de aquisição ou reavaliado	21 421	322 729	1 452 054	72 042	588 322	144 813	2 601 391
Depreciação acumulada	-	(280 243)	(1 220 873)	(66 633)	(571 902)	(128 377)	(2 258 023)
Imparidade acumulada	-	-	(83 518)	-	-	-	(83 518)
Valor líquido	21 421	42 486	147 673	5 409	16 421	16 436	249 845
VARIAÇÕES EM 2018							
Valor líquido inicial	21 421	42 486	147 673	5 409	16 421	16 436	249 845
Aquisições	-	-	70	5 361	2 012	5 425	12 968
Abates - valor de aquisição ou reavaliado	-	(72 515)	(691 146)	(57 866)	(558 828)	(120 704)	(1 701 051)
Abates - depreciação acumulada	-	72 515	691 146	57 868	558 828	120 704	1 701 051
Correcções/Anulações - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(1 041)	(4)	(5 255)	1 212	(5 118)
Correcções/Anulações - depreciação acumulada	-	2 536	(48 532)	(2 597)	2 852	-	5 389
Depreciação do exercício (Nota 24)	-	(6 109)	(40 041)	-	(6 859)	(6 754)	(70 952)
Imparidades do período	-	-	-	-	-	-	(40 041)
Valor líquido	21 421	38 912	58 130	8 168	9 040	16 319	151 991
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018							
Valor de aquisição ou reavaliado	21 421	250 214	559 948	19 530	26 221	30 745	908 081
Depreciação acumulada	-	(211 301)	(378 259)	(11 362)	(17 181)	(14 427)	(632 531)
Imparidade acumulada	-	-	(123 559)	-	-	-	(123 559)
Valor líquido	21 421	38 912	58 130	8 168	9 040	16 319	151 991

Em 2018, as adições em Equipamentos de transporte compreendem a aquisição de duas viaturas.

Em 2017, as principais adições compreendiam a aquisição de sobressalentes rotáveis para os aviões, no montante de mESC 19 885.

Em 2018, os abates representam a regularização contabilística dos bens totalmente depreciados e fora de uso.

A rubrica de equipamento básico, que inclui o equipamento de voo da Empresa, decompõe-se como segue (em mESC):

	2018				2017			
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Imparidades acumuladas	Valor líquido líquido	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Imparidades acumuladas	Valor líquido líquido
Equipamento de voo de propriedade da Sociedade - Sobressalentes rotáveis	559 948	(378 259)	(123 559)	58 130	1 224 823	(1 009 825)	(83 518)	131 480
Máquinas, ferramentas e aparelhagem diversa	-	-	-	-	227 241	(211 048)	-	16 193
	559 948	(378 259)	(123 559)	58 130	1 452 064	(1 220 873)	(83 518)	147 673

As imparidades reconhecidas em 2018, no montante de mESC 40 041, destinam-se a fazer face aos sobressalentes rotáveis, sendo (i) mESC 18 224 (2017: mESC 17 519) referentes aos ATR 72-500, devolvidos em 2017, e ao ATR 42-500 devolvido em 2016, na parcela correspondente à perda de valor de realização estimada e (ii) mESC 21 817 relativamente aos sobressalentes rotáveis do Boeing 757, devolvido em 2018, dado já não ser expectável a sua utilização em aviões idênticos atualmente ao serviço da Empresa.

O saldo líquido remanescente de mESC 58 130, não ajustado por imparidade, refere-se ao valor estimado de realização, por venda, dos sobressalentes rotáveis dos ATR (mESC 23 582), do Boeing (mESC 28 526) e diversos outros rotáveis (mESC 6 083).

Tea *M.B.*

Conforme referido acima, a Empresa devolveu, em 2017, os três ATR 72-500 e, em 2018, o boeing 757 que detinha em regime de locação operacional, tendo contratado dois novos boeings 757, um em 2018 e outro em 2019, também em regime de locação operacional, mas incluindo a componente Manutenção (A&M).

Os seguintes prédios se encontram hipotecados como garantia de empréstimos bancários (ver Nota 15):

<u>Localização</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Valor líquido</u>
Av. Amílcar Cabral - Plateau - Praia	134 818	102 719	32 099
Rua Serpa Pinto - Plateau - Praia	78 972	76 936	2 036
Chã de Areia - Praia	31 699	7 608	24 091
Av. 5 de julho - Mindelo	21 333	21 333	-
Ribeira Brava - S. Nicolau I	7 774	7 368	406
S. Filipe - Fogo	3 687	3 687	-
	<u>278 284</u>	<u>219 652</u>	<u>58 632</u>

4. Propriedades de investimento

Corresponde a um espaço comercial localizado em Chã d'Areia em arrendamento (mESC 31 699), deduzido das depreciações acumuladas (mESC 7 608), dos quais mESC 1 268 referentes ao exercício de 2018.

Encontram-se valorizados ao custo de aquisição. Devido ao facto de se considerar o efeito imaterial, não foi determinado o respetivo justo valor.

5. Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis e respectivas amortizações resumem-se como segue (em mESC):

	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2017			
Valor de aquisição ou reavaliado	120 452	43 850	164 302
Amortizações acumuladas	(81 367)	(41 788)	(123 155)
Valor escriturado	39 085	2 062	41 147
VARIAÇÕES EM 2017			
Valor líquido inicial	39 085	2 062	41 147
Aquisições	58	-	58
Correcções/Anulações	4	-	4
Amortizações do exercício (Nota 23)	(11 747)	-	(11 747)
Valor líquido	27 401	2 062	29 462
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017			
Valor de aquisição ou reavaliado	120 510	43 850	164 360
Amortizações acumuladas	(93 110)	(41 788)	(134 898)
Valor escriturado	27 401	2 062	29 462
VARIAÇÕES EM 2018			
Valor líquido inicial	27 401	2 062	29 462
Aquisições	1 124	-	1 124
Correcções/Anulações	(2 355)	-	(2 355)
Amortizações do exercício (Nota 23)	(13 142)	-	(13 142)
Valor líquido	13 027	2 062	15 089
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018			
Valor de aquisição ou reavaliado	121 634	43 850	165.484
Amortizações acumuladas	(108 607)	(41 788)	(150 395)
Valor escriturado	13 027	2 062	15 089

6. Outras contas a receber

		mESC		
		2018	2017	2017
			Apresentado	Reexpresso
Outros devedores				
Corrente				
Vendas internet - Wirecard	(i)	85 539	9 742	9 742
Retenção/descontos de impostos no exterior	(ii)	77 064	64 192	64 192
Halcyonair	(iii)	40 423	40 423	40 423
Agências BSP - vendas a dinheiro	(iv)	38 324	313 694	313 694
Euroatlantic Airways		27 965	28 076	28 076
Clínica Odonto Estomatologica		11 275	11 275	11 275
Caução IATA	(v)	-	78 451	78 451
Agências Aviareps	(vi)	-	87 040	87 040
A.R.C. - A.C. APL. CHECK LIST	(vi)	-	37 258	37 258
CASS - IATA Cargo Agents Portugal	(vi)	-	66 290	66 290
Agências de viagens	(vi)	-	44 933	44 933
Capitol International - GSA CGO	(vi)	-	42 313	42 313
Novo Aeroporto da Praia	(vi)	-	31 652	31 652
Interprise- Fortaleza CGO	(vi)	-	30 279	30 279
Assotour Agência de Viagens	(vi)	-	29 189	29 189
Entremares - Viagem e Turismo Lda	(vi)	-	28 905	28 905
Despesas a imputar	(vi)	-	35 478	35 478
SPDH - Serv.Portug. de Handling	(vi)	-	22 172	22 172
LAM - Linhas Aéreas Moçambicanas	(vi)	-	17 666	17 666
Todo Air Associates	(vi)	-	15 072	15 072
NDC- Galileo	(vi)	-	13 691	13 691
Air Consult	(vi)	-	12 733	12 733
Magellan Group	(vi)	-	10 783	10 783
Bulgarian Carter Company	(vi)	-	6 091	6 091
Thomsonfly Ltd	(vi)	-	5 896	5 896
Outros	(vii)	92 186	146 719	29 670
		372 778	1 230 014	1 112 965
Perdas por imparidade acumuladas	(vi)	(245 335)	(930 520)	(994 712)
	(A)	127 443	299 494	118 253
Fornecedores - corrente				
AerCap - Aviation Solutions		-	9 782	9 782
Everjets Aviação Executiva, SA		54 517	54 517	54 517
Aviatrade		6 622	6 622	6 622
IFA-Instituto de Formacao Aeronáutica		21 211	-	-
Outros		21 131	145 935	145 935
		103 482	216 857	216 857
Perdas por imparidade acumuladas	(vi)	(61 140)	(142 450)	(142 450)
	(B)	42 342	74 406	74 406
Fornecedores conta caução				
Corrente				
	(C) (vi)	-	207	207
Não Corrente				
	(D) (viii)	221 973	147 715	58 162
Saldo total de Outras contas a receber				
Corrente	(A) + (B) + (C)	169 785	374 108	192 866
Não corrente	(D)	221 973	147 715	58 162

Handwritten signature

Handwritten initials and signature

(i) Vendas internet - Wirecard

O saldo da rubrica resulta das vendas online a crédito, feitas através das redes wirecard, com referência à data do balanço.

(ii) Retenção/descontos de imposto no exterior

O saldo desta rubrica resulta da retenção na fonte das operações normais da Empresa a receber das Administrações Fiscais da França, Holanda, Portugal e Itália, líquido de encontros de contas efetuados entre as partes com outros impostos devidos àquelas entidades. Encontra-se em curso a análise da razoabilidade deste saldo. Por prudência, a totalidade do saldo foi objeto de ajustamento por imparidade em 2018.

(iii) Halcyonair

O saldo desta rubrica resulta de serviços de transporte de passageiros prestados pela Empresa à Halcyonair. A dívida está no gabinete jurídico para efeitos de cobrança, pelo que a totalidade do saldo foi ajustado por imparidade.

(iv) Agências BSP

O BSP é um sistema financeiro da IATA, estabelecido para simplificar os procedimentos de venda, reporte e pagamento pelas agências de viagens credenciadas pela IATA em diversos países, cujo saldo em 2017 ascendia a mESC 313 694, dos quais mESC 275 428 se encontravam ajustados por imparidade, entretanto utilizados em 2018 por serem considerados indevidos ou incobráveis.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 representa as vendas efetuadas em finais de 2018 e recebidos em janeiro de 2019.

(v) Caução IATA

Caução constituída junto da câmara de compensação da IATA, para fazer face a eventuais incumprimentos da Empresa perante esta entidade. Em 2018, o saldo de mESC 81 828, sendo a variação face ao ano anterior resultante da atualização cambial, foi classificado como Não corrente (ver viii) abaixo).

(vi) Perdas por imparidade acumuladas

A Empresa adota o critério de reconhecer em imparidade 100% dos saldos a receber de devedores vencidos há mais de 12 meses e procede à análise casuística de alguns saldos, tendo em conta a sua natureza. Em 2018 (i) foi registado um reforço de perdas por imparidades no valor de mESC 136 614 (2017: mESC 105 457), dos quais mESC 64 192 registados por contrapartida de Resultados transitados (ver Notas 0 e 13), dado que em anos anteriores já se encontravam em fase de análise, e (ii) procedeu-se à utilização de imparidades em mESC 903 109 relativos, essencialmente, aos saldos das entidades identificadas em (iv) e (v) do quadro acima, considerados incobráveis ou indevidos.



(vii) Outros devedores

Foram regularizados, em 2018, por contrapartida de Resultados transitados (ver Notas 0 e 13), diversos saldos de Outros devedores conta corrente, transitados de exercícios anteriores, no montante total de mESC 117 050, por serem considerados incobráveis.

(viii) Fornecedores conta caução

Compreende, essencialmente, cauções prestadas à Loftleidir referente ao aluguer de aeronaves (mESC 85 828), à IATA (mESC 81 828; ver (v) acima) e à ARC (mESC 44 283) para fazer face a eventuais incumprimentos da Empresa perante esta entidade.

Em 2017, o saldo incluía ainda mESC 89 553, cuja natureza se encontrava em fase de análise, tendo, em 2018, sido anulado por contrapartida de Resultados transitados (ver Notas 0 e 13).

7. Outros ativos financeiros

O saldo desta rubrica corresponde aos seguintes depósitos a prazo que se encontram cativos:

	mESC	
	2018	2017
Não corrente		
° Millenium BCP	47 570	47 567
° Caixa Económica de Cabo Verde	-	784 597
° Outros bancos	-	4 566
	<u>47 570</u>	<u>836 731</u>
Corrente		
° Caixa Económica de Cabo Verde	<u>1 137 298</u>	<u>-</u>

O depósito na Caixa Económica de Cabo Verde destina-se a garantir (i) as contas correntes caucionadas concedidas pelo banco, no valor total de mESC 770 530 e (ii) o descoberto bancário no valor total de cerca de mESC 357 000. Este depósito foi efetuado com recurso ao financiamento obtido do sindicato bancário liderado pelo Banco de Negócios Internacional Europa (ver Nota 15). Em 2018, encontra-se classificado em Ativo corrente dado que os empréstimos que garantem serão assumidos pela NewCo em 2019.

Os depósitos cativos no Millennium BCP são a favor de fornecedores diversos.

Vencem juros à taxa anual que varia entre 1,3% e 2,4%.

8. Inventários

	mESC	
	2018	2017
Material de Consumo para aviões		
ATR 42	220 613	220 615
Boeing	188 550	189 478
Diversos	22 973	36 233
	<u>432 136</u>	<u>446 326</u>
Material de catering	22 648	22 617
Material de consumo de economato	11 507	18 003
Outros	1 770	8 087
	<u>35 925</u>	<u>48 707</u>
Material em trânsito	-	8 194
	<u>468 061</u>	<u>503 227</u>
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(442 379)</u>	<u>(176 281)</u>
	<u>25 682</u>	<u>326 945</u>

As perdas por imparidade em inventários foram, em 2018, reforçadas em mESC 266 098 (2017: mESC 50 070) para fazer face parcialmente aos materiais de consumo (a) dos ATR 72-500, devolvidos ao locador em 2017 e (b) do ATR 42-500 devolvido em 2016, cuja utilização ou realização não é expectável. A parcela não ajustada (mESC 21 152) refere-se essencialmente a materiais de consumo dos Boeings dado ser expectável a sua utilização.

9. Clientes

		mESC	
		2018	2017
Clientes conta corrente			
Cabo Verde Time	(i)	80 127	80 127
Alfa Comunicações Lda	(i)	36 738	36 738
Icelandair		24 157	-
Guarda Costeira		19 356	16 398
RTC - Rádio Televisão de Cabo Verde	(i)	18 057	18 057
Verdemundo		12 803	6 634
Agencia de Aviação Civil		11 637	11 427
Orbitur-Viagens e Turismo		9 993	10 280
Cabo Verde Handling		7 727	38 334
Cabo Verde Telecom		6 891	6 980
Correios de Cabo Verde	(i)	4 954	4 954
INPS		-	330 329
Gambia International Airways	(ii)	-	72 764
Ceiba Intercontinental		-	41 419
Nasair	(ii)	-	17 495
Airport Enchancement & Finance	(ii)	-	12 364
Instituto do Emprego	(ii)	-	11 890
Euroatlantic Airways	(ii)	-	11 195
Agência Mudialtours	(ii)	-	8 296
Viaggi di Atlantide	(ii)	-	8 206
Outros, inferiores a mESC 10.000		171 079	284 748
		<u>403 518</u>	<u>1 028 633</u>
Perdas por imparidade acumuladas		<u>(314 230)</u>	<u>(524 321)</u>
		<u>89 288</u>	<u>504 312</u>

A Empresa adota o critério de reconhecer em imparidade 100% dos saldos de clientes vencidos há mais de 12 meses, excetuando casos específicos de clientes que também apresentam saldos credores de montante superior ao devedor, e procede à análise casuística de alguns saldos, tendo em conta a sua natureza. As Perdas por imparidade acumuladas em saldos de clientes foram, em 2018, (a) reforçadas em mESC 141 333, incluindo os saldos identificados em (i) no quadro acima, (2017: mESC 25 526) e (b) utilizadas em mESC 330 330 relativamente a saldos considerados incobráveis, nomeadamente os identificados em (ii) no quadro acima.

O saldo a receber do INPS foi, em 2018, objeto de encontro de contas com saldos a pagar (ver Nota 11), no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado entre as partes.

10. Adiantamentos a fornecedores

Compreendem os pagamentos antecipados de rendas de locação de aeronaves à Icelandair.

11. Estado e outros entes públicos

	mESC	
	2018	2017
Saldos devedores		
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	19 105	9 466
Outros impostos	-	9 542
	<u>19 105</u>	<u>19 008</u>
Saldos credores		
Imposto Único sobre Rendimentos	849 990	749 833
INPS - Previdência Social	838 727	995 226
Imposto de selo	-	173 297
Outros	33 286	914
	<u>1 722 003</u>	<u>1 919 270</u>

Os saldos credores do Imposto Único sobre Rendimentos e do INPS incluem mESC 840 752 e mESC 825 135, respetivamente, em mora à data do balanço. Refira-se, contudo, que as dívidas fiscais e para com o INPS serão transferidas para a NewCo (ver Nota 35).

Conforme referido na Nota 9 acima, o saldo a pagar ao INPS foi objeto de compensação com saldos a receber com referência a 31 de janeiro de 2018, no valor de mESC 331 380.

O saldo credor do Imposto de selo em 2017, no montante de mESC 173 197, foi anulado, em 2018, por contrapartida de Resultados transitados (ver Notas 0 e 13), por ser considerado indevido.



12. Caixa e depósitos bancários

	mESC		
	2018	2017 Apresentado	2017 Reexpresso
Caixa	4 287	12 418	12 418
Depósitos à ordem			
Bancos nacionais:			
° Banco Comercial do Atlântico	10 685	17 773	17 773
° Banco Angolano de Investimentos	7 863	4 292	4 292
° Banco Interatlântico	7 390	4 574	4 574
° Caixa Económica de Cabo Verde	6 921	20 106	20 106
° Banco Caboverdiano de Negócios	1 000	16 173	16 173
° Outros bancos nacionais	277	151	151
	34 136	63 068	63 068
Bancos estrangeiros			
° ITAU	26 922	4 103	4 103
° BNP	15 028	1 256	1 256
° Millenium BCP	14 995	2 119	2 119
° Banco da Africa Ocidental	5 419	1 124	1 124
° ABN	4 449	7 318	7 318
° Fleet Bank/Citizen Bank	4 401	5 209	5 209
° S.G.B.S	1 561	321	321
° Banco Popular Espanhol	813	2 864	2 864
° Outros	2 304	811	811
	75 892	25 126	25 126
° Transferência entre bancos	-	45 123	-
Depósitos a prazo			
Caixa Económica de Cabo Verde	-	695 772	695 772
Total Caixa e depósitos bancários	114 316	841 507	796 384

O saldo em 2017 de Transferência entre bancos foi regularizado em 2018 por contrapartida de Resultados transitados (ver Notas 0 e 13).

A diferença entre o saldo acima de mESC 114 316 e o saldo de mESC 1 093 062 negativo conforme a demonstração de fluxos de caixa, no valor de mESC 1 207 378, corresponde a descobertos bancários contratados, inicialmente registados em depósitos bancários, e evidenciados na rubrica de Financiamentos (ver Nota 15).

Em 2017, os outros recebimentos/ pagamentos da atividade operacional no valor de mESC 160 115 constantes da Demonstração de Fluxos de Caixa, apresentada pelo método direto, relacionavam-se, essencialmente (a) com pagamentos (i) de taxa de passageiros e outros impostos efetuados no estrangeiro (cerca de mESC 104 400), (ii) taxas de serviços bancários (cerca de mESC 26 500), (iii) alojamento de tripulantes no estrangeiro (cerca de mESC 47400), (iv) subsídio e deslocações e estadas (cerca de mESC 19 800) e (v) de diversas operações (cerca de mESC 246 206) e (b) recebimento do IVA no montante de mESC 264 291, na sequência do memorando de entendimento celebrado com a Repartição de Finanças da Praia.

Handwritten signature

Handwritten initials and signature

13. Capital próprio

Os movimentos registados em 2018 e em 2017 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

Capital realizado

O capital da Empresa em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, integralmente realizado, ascende a mESC 1 000 000 e é detido pelo Estado Cabo-verdiano.

Outros instrumentos de capital próprio

O aumento do saldo em 2018 de mESC 3 943 039 (2017: mESC 1 174 755) resulta de pagamentos por conta da TACV efetuados pelo acionista Estado de Cabo Verde, que aprovou a sua conversão em Instrumentos de capital. O saldo compreende ainda (i) mESC 1 145 369 de empréstimos concedidos pelo acionista, em anos anteriores, (ii) mESC 1 518 509 resultantes da assunção pelo acionista Estado de Cabo Verde de dívidas da TACV para com a Empresa de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA), no âmbito do protocolo de encontro de contas sectorial assinado em 2015 com o Estado, ASA e a Agência de Aviação Cível (AAC) e (iii) mESC 44 106 e mESC 1 332 845 referentes a pagamentos por conta da TACV efetuados pelo acionista 2015 e 2016, respetivamente. O acionista Estado aprovou, em Assembleias Gerais, a conversão dos valores acima referidos em capital social, cuja escritura ainda não foi realizada, razão pela qual se encontram registados em Outros instrumentos de capital próprio.

Reservas

A Reserva legal é constituída através da afetação de 5% dos lucros líquidos, até totalizar pelo menos 20% do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para (i) cobrir a parte do prejuízo apurado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas, (ii) cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) incorporação no capital estatutário.

O saldo da rubrica de Outras Reservas inclui o seguinte:

		mESC	
		2018	2017
Reserva Geral	(i)	25 129	25 129
Reserva para fins sociais	(ii)	24 883	24 883
Reserva para Investimento	(iii)	242 760	242 760
Outras Reservas	(iv)	368 158	368 158
		<u>660 930</u>	<u>660 930</u>

(i) A reserva geral é constituída pela parcela dos resultados líquidos positivos de cada exercício, na percentagem mínima de 10%, que lhe for atribuída. Pode ter a mesma utilização que a reserva legal acima descrita.

(ii) A Reserva para fins sociais, constituída enquanto empresa pública, destina-se exclusivamente à prestação de benefícios sociais de utilização coletiva ou de serviços coletivos aos trabalhadores. A dotação anual que lhe era destinada não poderia exceder 5% dos resultados líquidos do exercício respetivo.

(iii) Constituem a Reserva para investimento (i) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada, e (ii) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Empresa seja beneficiária. Se reinvestidas nos 3 anos seguintes ao da sua constituição, em instalações ou equipamentos novos, de interesse para o fomento da economia nacional, poderão ser deduzidos dos lucros tributáveis, mediante despacho favorável do Ministério das Finanças.

(iv) As Outras reservas compreendem as transferências das reservas de reavaliação resultantes da reavaliação de ativos fixos tangíveis efetuadas em anos anteriores, em virtude de o valor escriturado destes ativos ter sido assumido como custo considerado na data de transição (ver Nota 1.1). Assim, estas reservas serão utilizadas exclusivamente em aumentos de capital ou cobertura de prejuízos que tenham sido acumulados até 31 de dezembro do ano anterior ao da sua constituição, nos termos do Decreto nº 1/84.

Resultados transitados

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2018 na rubrica de Resultados transitados do Balanço reexpresso decompõem-se como se segue:

	<u>mESC</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(15 158 017)
Outras contas a receber (ver Nota 6)	
Perdas por imparidade	(64 192)
Fornecedores, conta caução	(89 553)
Contas internas da TACV, incluindo agências e delegações	(112 345)
Entidades terceiras	(4 705)
Depósitos à ordem (ver Nota 12)	(45 123)
Fornecedores (ver Nota 16)	
Fornecedores, conta corrente	119 792
Fornecedores, conta caução	(56 995)
Outras contas a pagar (ver Nota 17)	<u>1 026 394</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2017 (reexpresso)	<u>(14 384 744)</u>

O saldo negativo de mESC 17 882 227 em 31 de dezembro de 2018 resulta assim dos seguintes movimentos:

	<u>mESC</u>
Resultados transitados do balanço reexpresso de 2017	(14 384 744)
Cobertura de prejuízos pelo accionista Estado:	
Pagamentos efetuados pela Newco por conta da Empresa	242 833
Assunção de juros de financiamentos relativos ao exercício de 2017 (ver Nota (F) e (G))	15 639
Aplicação do resultado líquido reexpresso do exercício de 2017	<u>(3 755 956)</u>
	<u>(17 882 227)</u>

Conforme evidenciado no Balanço, a Empresa apresenta um Capital próprio negativo no valor de mESC 13 682 559 em 31 de dezembro de 2018. Refira-se, contudo, que na sequência da assunção pelo Estado dos passivos da Empresa, quer no âmbito do Acordo de Cessão de Créditos e Assunção de Dívidas, quer no âmbito do Contrato de compra e venda de ações, foram, em janeiro de 2019, transferidos passivos para a NewCo no valor de 106 802 666 dólares (cerca de mESC 10 510 000) (ver Nota 35), estando previstos mais transferências no valor de 11 milhões de dólares. Por outro lado, o Estado irá assumir os chamados documentos pendentes de voo, constituídos por vendas de transporte de passageiros e carga realizadas no exercício, cujo transporte efetivo não tenha ocorrido até 28 de fevereiro de 2019. A conta evidencia um saldo de mESC 630 634 em 31 de dezembro de 2018, registados em Diferimentos (ver Nota 18). Com a conclusão do processo de assunção de passivos pelo Estado, estima-se que a situação de perda de capital ficará resolvida.

14. Provisões

	mESC	
	2018	2017
Corrente		
Reestruturação do Pessoal - Benefícios pós-emprego	525 477	646 291
Reestruturação do Pessoal - Programa Pré-reforma por mútuo acordo	75 903	87 628
Plano de Reforma Antecipada	16 552	21 764
	<u>617 932</u>	<u>755 683</u>
Não Corrente		
Reestruturação do Pessoal - Programa Pré-reforma por mútuo acordo	235 190	292 161
Plano de Reforma Antecipada	26 660	40 582
Processos judiciais e riscos e encargos diversos	286 289	118 525
Retroativos das anuidades	39 862	177 877
	<u>588 000</u>	<u>629 144</u>
	<u>1 205 932</u>	<u>1 384 827</u>

Reestruturação do Pessoal – Benefícios pós-emprego

A provisão resulta do processo de reestruturação da Empresa, no âmbito do qual se prevê o termo do vínculo contratual com 130 trabalhadores, de acordo com o plano estabelecido pela Empresa, anunciado publicamente em 2017.

A diminuição do saldo face ao exercício anterior de mESC 120 814 compreende (a) mESC 103 237 correspondentes (i) a pagamentos, efetuados no âmbito dos acordos de desvinculação voluntária, a 32 dos 68 trabalhadores (mESC 71 161), (ii) à anulação de mESC 32 076, sendo mESC 30 139 relativamente a uma trabalhadora cujo encargo foi assumido pela seguradora e (iii) à atualização das estimativas (mESC 1 937) e (b) mESC 17 577 resultantes (i) da anulação de mESC 41 260 relativamente a 8 dos 62 trabalhadores abrangidos por desvinculação involuntária cuja permanência na Empresa foi negociada e (ii) do reforço de mESC 23 683 relativamente a 7 novos trabalhadores.

Prevê-se que o pagamento integral das indemnizações, inicialmente previsto para 2018, ocorra em 2019.

Reestruturação do Pessoal – Programa Pré-Reforma por mútuo acordo

A provisão representa o valor descontado dos encargos totais com a pré-reforma acordada com 62 trabalhadores, no âmbito do processo de reestruturação referido acima. A taxa de desconto utilizada foi de 6,48%, correspondente à taxa média ponderada dos empréstimos da Empresa em 2017.

A diminuição do saldo face ao exercício anterior de mESC 68 696 resulta de pagamentos de mESC 93 307 efetuados em 2018 e da atualização anual do desconto, no valor de mESC 24 610.

Plano de Reforma Antecipada

A provisão representa o valor descontado dos encargos totais com a reforma antecipada acordada com 22 trabalhadores em 2015 e 9 trabalhadores em 2016, dos quais presentemente apenas 15 permanecem no plano. A taxa de desconto utilizada foi de 6,8% e 6,67%, correspondentes à taxa média ponderada dos empréstimos da Empresa em 2015 e 2016, respetivamente.

A diminuição do saldo face ao exercício anterior de mESC 19 134 resulta de pagamentos de mESC 23 174 efetuados em 2018 e da atualização anual do desconto, no valor de mESC 4 040.

Os pagamentos futuros, incluindo os descontos anuais, para o Programa Pré-Reforma por mútuo acordo (PRMA) e para Plano de Reforma Antecipada (RA) são como segue (em mESC):

Ano	mESC					
	Valor a pagar		Desconto		Valor descontado	
	PRMA	RA	PRMA	RA	PRMA	RA
2019	80 821	17 625	4 919	1 073	75 903	16 552
2020	72 639	10 454	8 572	1 234	64 067	9 221
2021	64 873	7 825	11 138	1 343	53 735	6 481
2022	51 629	3 989	11 466	886	40 162	3 103
2023 e seguintes	112 672	12 796	35 446	4 942	77 225	7 854
	382 633	52 689	71 541	9 477	311 093	43 212

Os referidos planos preveem o pagamento de ordenados, os encargos com a previdência social e outros custos até os trabalhadores atingirem a idade de reforma, altura em que passarão para o regime oficial, patrocinado pelo INPS.

Processos judiciais e riscos e encargos diversos

O saldo representa a melhor estimativa possível dos encargos que a Empresa poderá eventualmente vir a incorrer a respeito de litígios em que é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço, sendo (i) mESC 115 778 relacionados com os processos de contraordenação pela ANAC por alegado incumprimento de faixa horária previamente atribuída e em período noturno, (ii) mESC 72 938 relacionados com processos judiciais movidos por passageiros na sequência da disrupção ocorrida em 2018, (iii) mESC 92 188 relativos a processos instaurados por empregados ou ex-empregados e (iv) mESC 5 285 referentes a processos judiciais diversos, baseada nos pareceres da assessoria jurídica da Empresa.

Os movimentos registados em 2018 compreendem (i) o reforço de mESC 237 349 para fazer face, essencialmente, aos processos de contraordenação instaurados pela ANAC (mESC 115 778), processos com passageiros (mESC 73 757) e novos processos de foro laboral instaurados por ex-empregados, no valor de mESC 46 880 (2017: mESC 33 191), (ii) a utilização de mESC 13 470 (2017: 9 606) referentes a pagamentos efetuados e (iii) a anulação de mESC 56 115 (2017: mESC 12 514) relativamente à atualização de estimativa de valores a pagar.

Retroativo das anuidades

A provisão compreende o valor das anuidades devidas na sequência de processos litigiosos movidos por alguns colaboradores.

A diminuição do saldo face ao exercício anterior no valor de mESC 138 015 corresponde a pagamentos efetuados em 2018 (mESC 136 288) e anulações (mESC 1 727).

Os movimentos registados na rubrica de provisões são os seguintes:

	mESC					
	Riscos e encargos diversos	Processos Judiciais em curso	Plano de Reforma Antecipada	Anuidades	Reestruturação do pessoal	TOTAL
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017						
Saldo inicial	9 159	98 296	86 448	181 641	-	375 544
Reforço	-	33 191	-	-	1 026 079	1 059 270
Utilização	-	(9 606)	-	(3 050)	-	(12 656)
Anulação	-	(12 514)	(24 103)	(714)	-	(37 331)
Valor escriturado	9 159	109 366	62 346	177 877	1 026 079	1 384 827
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018						
Saldo inicial	9 159	109 366	62 346	177 877	1 026 079	1 384 827
Reforço	-	237 349	-	-	23 683	261 032
Utilização	-	(13 470)	-	(136 288)	(71 161)	(220 919)
Anulação	-	(56 115)	(19 134)	(1 727)	(142 032)	(219 008)
Valor escriturado	9 159	277 130	43 212	39 862	836 569	1 205 932

O saldo de mESC 42 024 evidenciado na Demonstração dos resultados resulta do reforço de mESC 261 032 e da anulação de mESC 219 008.

15. Financiamentos obtidos

A totalidade dos empréstimos foi classificada como Passivo corrente em 2018 dado que, nos termos do Acordo de Cessão de Créditos e Assunção de Dívidas, os saldos das instituições financeiras e das obrigações serão transferidos para a NewCo em 2019 (ver Nota 35).

		2018		2017	
		Corrente	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários					
* Caixa Económica de Cabo Verde					
Financiamento mESC 1 200 000	(A)	1 039 803	55 645	1 043 325	1 098 969
Financiamento mESC 244 512	(A)	214 422	10 586	215 723	226 309
Financiamento mESC 137 286	(A)	119 876	5 981	120 605	126 586
Contas Correntes Caucionadas	(B)	1 620 530	1 070 530	-	1 070 530
Descoberto bancário	(C)	1 206 945	527 272	-	527 272
* Millennium BCP	(D)				
Conta corrente caucionada		5 801	18 841	-	18 841
* BCN	(E)				
Financiamento mESC 100 000		67 639	15 057	67 639	82 695
Financiamento mESC 175 000		153 071	21 929	153 071	175 000
* BPI	(F)				
Financiamento - USD 2 000 000		192 535	184 994	-	184 994
* BNI	(G)				
Financiamento - EUR 13 500 000		1 488 578	-	1 488 578	1 488 578
Empréstimo obrigacionista					
* Banco BAI (série A)	(H)	364 167	31 667	364 167	395 833
* INPS (Série B)	(H)	435 417	19 792	455 208	475 000
* BAI Obrigações Série C	(I)	140 000	-	140 000	140 000
* BCN Obrigações Série C	(I)	200 000	-	200 000	200 000
* BI (Garantia) Obrigações Série C	(I)	60 000	-	60 000	60 000
* CECV (Impar) Obrigações Série C	(I)	50 000	-	50 000	50 000
Descobertos bancários		433	6 685	-	6 685
Empréstimo do Estado	(J)	497 310	-	497 310	497 310
		7 856 527	1 968 977	4 855 625	6 824 603

(A) Caixa Económica de Cabo Verde - Financiamentos

Em novembro de 2015, a Empresa concluiu o processo de consolidação na Caixa Económica de Cabo Verde dos diversos financiamentos bancários que detinha até essa data em diversas instituições financeiras nacionais, o que permitiu a redução das taxas de juro e a extensão do prazo de amortização.

Em comum, os empréstimos são reembolsáveis em 180 prestações mensais, englobando capital e juros, e vencem juros com início em 14 de fevereiro de 2016. Com exceção das contas caucionadas de mESC 200 000 e mESC 550 000, os juros dos restantes financiamentos passaram a ser assumidos pela NewCo a partir de 1 de fevereiro de 2018, no âmbito do Acordo de Cessão de Créditos e Assunção de Dívidas, totalizando mESC 117 641.

As outras condições dos empréstimos resumem-se como segue:

Financiamento de mESC 1 200 000

Venceu juros, até 1 de fevereiro de 2018, à taxa nominal de 6,5%, ajustável durante a vigência do contrato. O empréstimo tem como garantia aval do Estado de Cabo Verde.

Financiamento de mESC 244 512

Venceu juros, até 1 de fevereiro de 2018, à taxa nominal de 11,5%, ajustável durante a vigência do contrato, sendo aplicado um desconto contratual de 4 pontos percentuais. Da aplicação do desconto não pode resultar uma taxa de juro inferior a 7,5%.

Como garantia, a Empresa constituiu uma hipoteca unilateral com cláusula de efeito abrangente a favor da CECV, dos seguintes imóveis: (i) Prédio Urbano localizado na Av. Amílcar Cabral - Plateau; (ii) Prédio Urbano localizado na Rua Serpa Pinto - Plateau; (iii) Prédio Urbano localizado em Chã de Areia; (iv) Prédio Urbano localizado na Av. 5 de julho - Mindelo; (v) Prédio Urbano localizado em S. Filipe - Fogo; (vi) dois Prédios Urbano localizado em Ribeira Brava - S. Nicolau (ver Nota 3).

Financiamento de mESC 137 286

Venceu juros, até 1 de fevereiro de 2018, à taxa nominal de 11,5%, ajustável durante a vigência do contrato, sendo aplicado um desconto contratual de 4 pontos percentuais. Da aplicação do desconto não pode resultar uma taxa de juro inferior a 7,5%.

Como garantia, a Empresa constituiu uma hipoteca unilateral com cláusula de efeito abrangente a favor da CECV, dos seguintes imóveis: (i) Prédio Urbano localizado na Av. da Liberdade, Lisboa, Portugal e (ii) Prédio Urbano localizado em Miraflores, Lisboa, Portugal.

(B) Caixa Económica de Cabo Verde – Contas correntes caucionadas

Compreende três contas correntes caucionadas contratadas em 2017, tendo a Empresa constituído a favor do banco a domiciliação de 100% das receitas resultantes da sua atividade em todas as suas vertentes de negócio. As restantes condições resumem-se como segue:

Conta corrente caucionada - mESC 300 000

Financiamento por um período de 1 ano, destinado ao pagamento do fornecedor Elix e ao reforço de tesouraria. Venceu juros mensalmente, até 1 de fevereiro de 2018, à taxa anual de 8%.

Em garantia do cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, o Estado de Cabo Verde prestou o necessário aval.

Conta corrente caucionada - mESC 220 530

Financiamento por um período de 6 meses, destinado ao reforço de tesouraria. Venceu juros mensalmente, à taxa anual de 7%.

Como garantia de todas as obrigações, a TACV constituiu a favor da Caixa o penhor sobre o depósito a prazo nº 261213820018 junto do banco, até ao montante de mESC 220 530, o qual se mantém cativo, não podendo ser movimentada enquanto perdurarem as obrigações da Empresa.

Conta corrente caucionada - mESC 550 000

Financiamento contratado em novembro de 2017, por um período de 6 meses, renovável, destinado ao reforço de tesouraria. Venceu juros mensalmente, até 1 de fevereiro de 2018, à taxa anual de 7%.

Como garantia de todas as obrigações, a TACV constituiu a favor da Caixa o penhor sobre o depósito a prazo nº 261213820017 junto do banco, até ao montante de mESC 550 000, o qual se mantém cativo, não podendo ser movimentada enquanto perdurarem as obrigações da Empresa.

Conta corrente caucionada - mESC 550 000

Financiamento contratado em janeiro de 2018, por um período de 12 meses, destinado ao reforço de tesouraria. Venceu juros mensalmente à taxa anual de 5,31%.

Em garantia do cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, o Estado de Cabo Verde prestou o necessário aval.

(C) Caixa Económica de Cabo Verde – Descoberto bancário

Compreende o valor utilizado a 31 de dezembro de 2018 de descobertos bancários autorizados pela Caixa. Como garantia, a TACV constituiu a favor da Caixa o penhor sobre o depósito a prazo nº 261213820018 junto do banco, até ao montante de cerca de mESC 357 000, o qual se mantém cativo, não podendo ser movimentada enquanto perdurarem as obrigações da Empresa.

(D) Millennium BCP – Conta corrente caucionada

Corresponde à parcela utilizada de um crédito, destinado ao financiamento de tesouraria, no montante máximo de 750 000 Euros, por um período de 1 ano, renovável por igual período. Vence juros mensalmente, à taxa anual de 14,97%

A Empresa constituiu a favor do banco a domiciliação dos créditos IATA, tendo ainda sido subscrita uma carta conforto pelo Estado de Cabo Verde.

(E) Banco Cabo-verdiano de Negócios

Financiamento de mESC 100 000

O saldo corresponde à parcela remanescente do empréstimo, contratado em 29 de agosto de 2016, destinado ao financiamento de tesouraria. Venceu juros à taxa nominal de 7,50% e deveria ser amortizado em 72 prestações sucessivas de capital e juros de valor indicativo igual a mESC 1 729, ao qual acresce Imposto de Selo sobre juros à taxa legal em vigor. No âmbito do Acordo de Cessão de Créditos e Assunção de Dívidas, a NewCo vai assumir esse empréstimo em 2019 e assumiu os respetivos juros a partir de 24 de abril de 2018, no montante de mESC 3 252.

Para garantia do bom cumprimento de quaisquer obrigações ou responsabilidades emergentes do financiamento, o Estado de Cabo Verde prestou o necessário aval e a Empresa subscreveu uma livrança em branco.

Financiamento de mESC 175 000

O saldo corresponde ao empréstimo, contratado em 31 de dezembro de 2016, destinado ao financiamento de tesouraria. Vence juros à taxa nominal de 7,50% e é amortizado em 72 prestações sucessivas de capital e juros de valor indicativo igual a mESC 3 026, vencendo-se a primeira em fevereiro de 2018, após um período de carência de 1 ano. No âmbito do Acordo de Cessão de Créditos e Assunção de Dívidas, a NewCo vai assumir esse empréstimo em 2019 e assumiu os respetivos juros a partir de 24 de abril de 2018, no montante de mESC 8 323.

Para garantia do bom cumprimento de quaisquer obrigações ou responsabilidades emergentes do financiamento, o Estado de Cabo Verde prestou o necessário aval e a Empresa subscreveu uma livrança em branco.

(F) Banco Privado Internacional

O saldo corresponde ao contravalor de um empréstimo de USD 2 000 000, contratado em 9 de maio de 2017, destinado a dar suporte a operações de tesouraria. Venceu juros à taxa anual de 6,5%. O capital financiado acrescido dos juros, deveria ser reembolsado integralmente numa única prestação no final de 1 ano. No âmbito do Acordo de Cessão de Créditos e Assunção de Dívidas, a NewCo vai assumir esse empréstimo em 2019, tendo assumido os respetivos juros, sendo mESC 6 224 (ver Nota 13) referentes ao exercício de 2017 e mESC 12 689 referentes ao exercício de 2018.

Para garantia do bom cumprimento das obrigações, o Estado de Cabo Verde prestou o necessário aval e a Empresa subscreveu uma livrança em branco.

(G) Banco de Negócios Internacional

O saldo corresponde ao contravalor de um empréstimo de EUR 13 500 000, contratado em 13 de novembro de 2017, destinado a fazer face às indemnizações a pagar aos trabalhadores no âmbito do processo de reestruturação da Empresa. Venceu juros à taxa nominal de 5,5%. O capital financiado, acrescido dos respetivos juros deveria ser reembolsado integralmente no final de 2 anos. No âmbito do Acordo de Cessão de Créditos e Assunção de Dívidas, a NewCo vai assumir esse empréstimo em 2019, tendo assumido os respetivos juros, sendo mESC 9 415 (ver Nota 13) referentes ao exercício de 2017 e mESC 83 009 referentes ao exercício de 2018.

Tem como garantia o aval do Estado de Cabo Verde.

(H) Empréstimo obrigacionista – Séries A e B

Corresponde à parcela remanescente de um financiamento contratado em 25 de maio de 2015 através de uma Oferta Particular de Subscrição de obrigações, no montante de mESC 950 000. No âmbito do Acordo de Cessão de Créditos e Assunção de Dívidas, a NewCo vai assumir esse empréstimo em 2019 e assumiu os respetivos juros a partir de 21 de maio de 2018, no montante de mESC 39 497.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como segue:

- (i) Divisão das obrigações em duas Séries, A e B, de mESC 475 000, subscritas pelo Banco BAI CV e pelo Instituto Nacional para a Previdência Social (INPS), respetivamente.
- (ii) Maturidade de quinze anos a contar da data de subscrição, com amortização em 30 prestações semestrais iguais de capital, no montante de mESC 15 833, vencendo-se a primeira em 22 de novembro de 2015 (série A).

- (iii) Maturidade de quinze anos a contar da data de subscrição, com amortização em 24 prestações semestrais iguais de capital, no montante de mESC 19 792, vencendo-se a primeira a partir do 6º cupão em 22 de novembro de 2018 (série B).
- (iv) Taxa de juro anual fixa de 5% ao ano, devidos semestral e postecipadamente.
- (v) Destinou-se a regularizar o financiamento contraído junto do BFI e as dívidas para com a IATA, casas reparadoras dos motores e outros credores.
- (vi) O empréstimo encontra-se garantido por aval do Estado e por consignação mensal das receitas provenientes da atividade operacional da Empresa, correspondentes a 1/6 da prestação seguinte.

(I) Empréstimo obrigacionista – Série C

Corresponde à parcela remanescente de um financiamento contratado em 18 outubro de 2016 através de uma Oferta Particular de Subscrição de obrigações, no montante de mESC 450 000, subscritas pelo Banco Caboverdiano de Negócios (mESC 200 000), Banco Angolano de Investimento CV (mESC 140 000), Garantia (mESC 60 000) e IMPAR (mESC 50 000).

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como segue:

- (i) Maturidade de quinze anos a contar da data de subscrição, com amortização em 30 prestações semestrais iguais de capital, no montante de mESC 76 923, vencendo-se a primeira a partir do 5º cupão, em 18 de abril de 2019.
- (ii) Taxa de juro anual fixa de 6% ao ano, devidos semestral e postecipadamente.
- (iii) Destinou-se a reforçar a estrutura financeira da Empresa.
- (iv) O empréstimo encontra-se garantido por aval do Estado no montante global da emissão e por livrança subscrita pela Empresa e avalizada pelo Estado.

(J) Empréstimo do Estado

O saldo representa transferências efetuadas pelo Estado entre fevereiro e junho de 2017, destinadas a fazer face a compromissos junto de fornecedores e ao processo de reestruturação em curso. O empréstimo não é remunerado e o reembolso deveria ter ocorrido até 31 de dezembro de 2017, o que não aconteceu. Não se encontra acordado entre as partes um novo prazo de reembolso.

16 Fornecedores

	mESC			
	2018	2017	2017	
		Apresentado	Reexpresso	
Fornecedores conta corrente				
Nacionais				
◦ ASA - Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	(i)	767 639	609 233	609 233
◦ ENACOL	(i)	323 460	294 244	294 244
◦ Alfândegas	(i)	41 377	41 213	41 213
◦ Hotel Praia Mar		39 533	43 209	43 209
◦ IMPAR		27 758	-	-
◦ Cabo Verde Express	(i)	22 734	33 736	33 736
◦ Agência Nacional de Viagens		19 538	-	-
◦ CVTelecom		14 745	13 666	13 666
◦ Freitas Catering Services		7 920	1 084	1 084
◦ ANAC - Agencia Nacional das Comunica	(i)	7 752	2 250	2 250
◦ Imprensa Nacional de Cabo Verde	(i)	1 289	1 277	1 277
◦ Outros		77 663	111 727	74 965
		<u>1 351 407</u>	<u>1 151 638</u>	<u>1 114 877</u>
Estrangeiros				
◦ Loftleidir Icelandic		427 549	5 157	5 157
◦ ITP - Industria de Turbo Propulsores	(i)	166 211	180 043	180 043
◦ ASECNA		102 909	77 068	77 068
◦ Daimler Benz Aerospace		82 333	81 300	81 300
◦ Eurocontrol		68 880	36 731	36 731
◦ Boeing	(i)	54 964	67 338	67 338
◦ BP Portugal		35 411	26 256	26 256
◦ World Fuel Services Europe Ltd		34 018	12 345	12 345
◦ Discover Momentum		19 029	3 487	3 487
◦ Jordan Aviation		16 040	3 622	3 622
◦ VisionWare		15 490	16 478	16 478
◦ Cimber Data	(i)	11 530	11 530	11 530
◦ United Technologies Intern.		7 977	6 965	6 965
◦ Newrest		7 311	10 664	10 664
◦ LAS-LOURO AERONAVES E SERVICIOS	(i)	4 205	4 205	4 205
◦ Aeroporto de Paris		-	9 367	-
◦ Barcelo Viagens		-	7 576	-
◦ Outros		132 909	180 802	114 727
		<u>1 186 767</u>	<u>740 935</u>	<u>657 917</u>
		<u>2 538 174</u>	<u>1 892 573</u>	<u>1 772 794</u>
Fornecedores conta cauções				
◦ Corrente		9 055	9 055	9 055
◦ Não corrente		1 650	1 650	1 650
		<u>10 705</u>	<u>10 705</u>	<u>10 705</u>
Fornecedores contas facturas em recepção e conferência				
		-	(56 982)	-
Fornecedores por acréscimo de gastos				
		<u>145 544</u>	<u>2 017</u>	<u>2 017</u>
Saldo total de Fornecedores				
Corrente		<u>2 692 774</u>	<u>1 846 663</u>	<u>1 783 866</u>
Não corrente		<u>1 650</u>	<u>1 650</u>	<u>1 650</u>

O saldo das entidades identificadas em (i) no quadro acima serão transferidos para a NewCo em 2019.

A dívida para com a ASA relaciona-se, essencialmente, com taxas aeroportuárias, taxas de rota e aluguer de espaços.

O saldo devido à Enacol relaciona-se fundamentalmente com o fornecimento de combustíveis para aviões.

O saldo a pagar à Loftleidir Icelandic relaciona-se, essencialmente, com as rendas do contrato de locação operacional dos dois aviões Boeing que integram a frota da Sociedade.

Os valores a pagar à ITP - Indústria de Turbo Propulsores e à Daimler Benz Aerospace relacionam-se com serviços de reparação de motores de aeronaves.

O saldo da rubrica Fornecedores por acréscimos de gastos inclui mESC 94 842 referentes a serviços prestados e pagos aos fornecedores, cujas faturas não foram, entretanto, identificadas. Admite-se que a regularização seja efetuada por contrapartida da conta corrente dos respetivos fornecedores, que à data do balanço apresentam saldos devedores.

Em 2018, foram regularizados por contrapartida de Resultados transitados (ver Notas 0 e 13) (i) diversos saldos de Fornecedores conta corrente, transitados de exercícios anteriores, considerados indevidos ou com baixa probabilidade de virem a ser reclamados, no montante total de mESC 119 792, e (ii) o saldo devedor da rubrica Fornecedores, conta em receção e conferência, cuja natureza é credora, no valor de mESC 56 995, por se considerar ser indevido. Em 2017, o saldo correspondente de mESC 56 971 encontrava-se em fase de análise.

17 Outras contas a pagar

		mESC	
		2018	2017
		Apresentado	Reexpresso
Outros credores - Correntes			
Cabo Verde Handling	(i)	822 240	750 032
Taxas de aeroporto - passageiros		215 746	194 396
Clearing House		180 508	-
AAC Agencia De Aviacao Civil	(i)	152 785	129 935
LTE - International Airways	(i), (ii)	152 125	152 125
Encargos com o pessoal - férias a pagar (ver Nota 1.10)		89 727	122 536
White Airways	(i)	48 628	48 628
Sindicatos		16 264	8 859
Arnaldo Silva & Associados		7 101	6 674
Credores por pagamentos diferidos	(iii)	314	288 331
Taxas de aeroportos sobre cargas	(iv)	-	54 869
Gambia International	(iv)	-	51 869
Agências e Delegações dos TACV	(iv)	-	44 978
Taxas de aeroporto a pagar a outras companhias de aviação	(iv)	-	30 372
Pagamentos à alfândega por conta de outras companhias	(iv)	-	27 475
Zodiac Aviation Support, Inc.	(iv)	-	23 266
Aeroporto de Paris	(iv)	-	14 237
Mirair Cargo SI - Las Palmas	(iv)	-	13 218
Travel Service	(iv)	-	10 487
Outros, inferiores a mESC 10 000	(iv)	17 984	197 069
		<u>1 703 422</u>	<u>2 169 355</u>
			<u>1 548 950</u>
Cientes - saldos credores			
AATA BV		3 833	3 560
TAP Air Portugal	(iv)	-	94 547
Aeroporto International Baise Diagne	(iv)	-	48 011
Binter Canarias	(iv)	-	43 165
LAM-Linhas Aereas Mocambique	(iv)	-	37 654
Air Senegal International	(iv)	-	27 205
IBERIA-Lineas Aereas De Espana	(iv)	-	22 557
Deutsche Lufthansa	(iv)	-	20 596
Amadeus Marketing, S.A.	(iv)	-	16 560
Portugalia	(iv)	-	11 807
TAAG - Linhas Aereas de Angola	(iv)	-	11 446
TAM -Transportes Aéreos S.A.	(iv)	-	7 161
Outros	(iv)	10 767	94 882
		<u>14 600</u>	<u>439 152</u>
		<u>1 718 022</u>	<u>1 582 113</u>

(i) Passivos a serem transferidos para a NewCo

O saldo das entidades identificadas em (i) no quadro acima serão transferidos para a NewCo em 2019.

(ii) LTE – International Airways

Dívida resultante do incumprimento do contrato de aluguer de uma aeronave. Decorre uma ação judicial intentada pela LTE, cuja sentença foi desfavorável à Empresa.

(iii) Credores por pagamentos diferidos

Em 2017, o saldo compreendia, essencialmente:

- (a) mESC 158 666 de encargos a pagar com a devolução antecipada do Boeing 757, relacionados com a reparação de dois motores.
- (b) mESC 54 521 (2016: mESC 132 356) relacionados com a especialização de gastos cujas faturas foram recebidas em 2018, relacionados, essencialmente, com taxas aeroportuárias e do sistema de reservas referentes ao mês de dezembro de 2017 e com especialização de juros de empréstimos obtidos.

Em 2018, conforme referido na Nota 15, os juros dos financiamentos foram, na sua maioria, assumidos pela NewCo.

(iv) Saldos regularizados em 2018

Em 2018, foram regularizados por contrapartida de Resultados transitados diversos saldos de Outras contas a pagar, transitados de exercícios anteriores, considerados indevidos ou com baixa probabilidade de virem a ser reclamados, incluindo os identificados em (iv) no quadro acima, no montante total de mESC 1 026 394 (ver Notas 0 e 13).

18 Diferimentos passivos

O saldo desta rubrica corresponde ao produto das vendas de transporte de passageiros e cargas realizadas no exercício, cujo transporte efetivo não ocorreu até à data do balanço (ver Nota 1.15).

19 Vendas e Prestação de serviços

	mESC	
	2018	2017
Receitas de tráfego		
Passagens	1 949 993	2 580 390
Anulação de bilhetes não utilizados	393 802	356 115
Excesso de bagagem	74 661	64 255
Carga e correio	29 789	82 919
	<u>2 448 245</u>	<u>3 083 679</u>
Serviços secundários		
Taxa fuel	796 529	-
Taxa de prestação de serviços de emissão	101 689	-
Taxa de cancelamento	42 562	-
Reparação de componentes de aviões	96 798	133 032
Taxa de emissão de cartas de porte	-	21 919
Comissões de tráfego	-	12 079
Outros	7 225	7 152
	<u>1 044 804</u>	<u>174 183</u>
Total de Prestação de serviços	<u>3 493 048</u>	<u>3 257 862</u>

21 Fornecimentos e serviços externos

		mESC	
		2018	2017
Aluguer de aviões - "wet lease"	(i)	2 459 902	947 604
Combustíveis e outros fluidos	(ii)	1 655 493	1 038 714
Irregularidades com passageiros, bagagens e correio	(iii)	1 053 088	466 331
Aluguer de aviões - "dry lease"	(iv)	405 870	371 062
Assistência de terceiros - "handling"	(v)	358 511	347 426
Taxas de navegação aérea	(vi)	310 420	218 636
Taxas aeroportuárias	(vii)	256 207	199 979
Trabalhos especializados	(viii)	234 089	336 013
Honorários	(ix)	234 013	30 285
Encargos com o pessoal navegante em serviço de voo	(x)	222 144	98 459
Comunicação	(xi)	203 420	186 510
Serviços de "catering"		149 329	143 441
Comissões a intermediários		58 677	54 660
Publicidade e Propaganda		44 960	8 393
Rendas e alugueres (edifícios e viaturas)		37 435	43 233
Seguros		35 613	51 596
Livros e documentação técnica		23 837	25 333
Conservação e reparação de equipamento de voo	(xii)	19 592	109 982
Taxa de regulação a pagar à Aeronáutica Civil		12 664	-
Electricidade		12 645	17 035
"Maintenance reserve"	(xiii)	-	352 554
Reparações em aeronaves programadas	(xiv)	-	194 847
Encargos contratuais		-	52 284
Outros, inferiores a mECV 20 000		63 165	138 364
		<u>7 851 071</u>	<u>5 432 740</u>

(i) Aluguer de aviões - "wet lease"

Compreende o aluguer de aeronaves e respetiva tripulação a outras companhias aéreas, sendo mESC 1 517 708 à Loftleidir Icelandair. O aumento dos gastos deve-se, essencialmente, a um maior recurso a aviões de terceiros, justificado pela falta de aviões na frota em regime de locação operacional de longo prazo (Dry lease). A operação da Empresa até finais de julho de 2018 foi integralmente suportada com recurso a aviões de terceiros.

(ii) Combustíveis e outros fluidos

O aumento registado na rubrica de Combustíveis face ao período homólogo deve-se ao efeito conjugado de (a) redução do preço médio de combustíveis e (b) aumento da quantidade consumida do JET Fuel A1 devido ao aumento das horas operadas na rede intercontinental.

(iii) Irregularidades com passageiros, bagagens e correio

Compreende, essencialmente, gastos relacionados com irregularidades com passageiros (hospedagem em hotéis, alimentação e embarque de passageiros em outras companhias, entre outros). O significativo aumento face ao ano anterior é resultado da completa disrupção operacional em julho de 2018, devido ao atraso na entrega dos aviões pelas locadoras. Em consequência, foram cancelados 123 voos, afetando 16 079 passageiros, que, além de outros encargos, tiveram que ser transportados em voos de outras companhias.

A diminuição verificada em 2018 nas receitas de tráfego deve-se, essencialmente, ao efeito conjugado (i) da cessação dos voos domésticos e regionais com a descontinuidade gradual das operações inter-ilhas e regionais ao longo do ano 2017 e (ii) do aumento dos voos internacionais, pese embora o atraso na introdução de aviões na frota, contrariamente ao previsto no plano de frota do Plano de Negócios 2018 – 2022.

Os mESC 393 802 representam a melhor estimativa do valor dos bilhetes de transporte de passageiros e carga emitidos até 31 de dezembro de 2017 e não utilizados, reembolsados, anulados ou trocados até 31 de dezembro de 2018.

A rubrica de Taxa fuel corresponde à taxa que é cobrada no preço do bilhete de passagem. Em 2017, a mesma encontrava-se registada na rubrica de Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 23 (i)).

Os mESC 96 798 referem-se a serviços de reparação de aviões prestados, essencialmente, à Icelandair, CEIBA Intercontinental, Binter Cabo Verde e Guarda Costeira.

A rubrica de Taxa de prestação de serviços de emissão compreende, essencialmente, as taxas cobradas na emissão de bilhete, à razão de mESC 6,1 para destinos internacionais e, em 2017, mESC 1,2 para destinos domésticos. À semelhança da Taxa fuel e da Taxa de cancelamento, em 2017 aquela taxa estava registada em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 23(ii)).

20 Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas

Decompõem-se como segue:

	mESC	
	2018	2017
Inventário inicial (ver Nota 8)	503 227	541 058
Compras	-	107 907
Regularizações	-	2 114
Inventário final (ver Nota 8)	(468 061)	(503 227)
	<u>35 166</u>	<u>147 853</u>

(iv) Aluguer de aviões – “dry lease”

Compreende rendas suportadas no âmbito do leasing operacional do avião Boeing 757 à Loftleidir Icelandic.

Em 2017, integravam a frota da Empresa as aeronaves ATR's 72-500 e o Boeing 757, cujas entregas antecipadas foram negociadas com as locadoras Elix Assets 7 Limited, no âmbito do Settlement Deed and Release assinado em maio 2017 e com a AerCap, no âmbito do Term Sheet celebrado em 7 de dezembro de 2017, respetivamente.

O aumento significativo do saldo face ao ano anterior deve-se, essencialmente, ao facto das rendas pagas a Loftleidir incluírem o serviço de manutenção das aeronaves, quando nos contratos de locação operacional que vigoraram em 2017 esse serviço era da responsabilidade da Empresa, que, para o efeito, constituía uma Maintenance Reserve” (ver (xii)), e a locadora faturava uma renda adicional variável que era registada em “Reparações em aeronaves programadas” (ver (xiv)).

(v) Assistência de terceiros – “handling”

Compreende os encargos com os serviços de assistência em escala (handling) prestados por terceiros à TACV nos diversos aeroportos onde opera. O aumento verificado reflete, essencialmente, o aumento dos voos internacionais.

(vi) Taxa de navegação aérea

Compreende taxas pagas às entidades que gerem o espaço aéreo dos diferentes países. O aumento do saldo deve-se, essencialmente, ao aumento dos voos internacionais.

(vii) Taxas aeroportuárias

Referem-se às taxas cobradas em diversos aeroportos por aterragem, descolagem e tempo de estadia do avião.

(viii) Trabalhos especializados

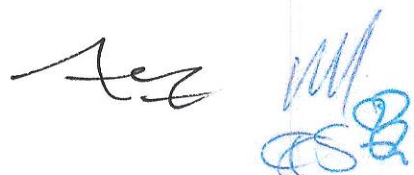
Compreendem, essencialmente, os gastos incorridos com (i) a utilização dos sistemas de distribuição global Amadeus, Galileo e Sabre, no montante total de mESC 190 673 (2017: mESC 211 414), (ii) encargos relativos à intermediação entre a Empresa e as redes de agências de viagem (BSP, ARC e CASS), no montante de mESC 8 906 (2017: mESC 15 093) e (iii) comissões pagas à Discover Momentum, LCC na qualidade de representante (GSA) da Empresa, em cerca de mESC 28 000. Em 2017, incluía ainda encargos com serviços de consultoria e assessoria diversos no montante de mESC 104 875 contabilizados em 2018 como honorários (ver (ix) abaixo).

(ix) Honorários

Compreende encargos com serviços de consultoria e assessoria diversos, nomeadamente, (i) o Contrato de Gestão com a Loftleidir Icelandic (mESC 40 886), (ii) o serviço de gestão de receitas pela Air Sales Estonia (mESC 18 703), serviços de contabilidade pela Fjarvakur (mESC 18 076), assessoria contabilística pela Wise Consulting (mESC 15 050), serviços de rebranding pela Islenka (mESC 11 780) e cerca de mESC 40 000 de honorários dos advogados, entre outros serviços de valor individual reduzido.

(x) Encargos com o pessoal navegante em serviço de voo

Compreendem, essencialmente, as despesas com alojamento, alimentação e transporte, relacionados com o pessoal navegante de cabine e tripulante em serviço, sendo mESC 49 873 faturados pela Loftleidir Icelandic. O aumento do saldo deve-se ao maior número de voos internacionais.



(xi) Comunicação

Incluem fundamentalmente os gastos com a comunicação utilizada nos sistemas de reservas através da rede da SITA – Société Internationale des Télécommunications Aéronautiques.

(xii) Conserva o e repara o de equipamento de voo

Compreende os encargos com as manuten es diversas e aquisi o/utiliza o de rotáveis. A diminui o do saldo prende-se com o facto referido em (iv) acima.

(xiii) "Maintenance reserve"

Em 2017, o saldo desta rubrica compreendia rendas adicionais variáveis conforme os ciclos e horas voadas, destinadas às grandes revisões dos aviões e respetivos componentes, pagas   AerCap no âmbito do leasing operacional dos aviões Boeing 757 e a Elix Assets 7 Limited, no âmbito do leasing operacional dos aviões ATR's 72-500 e ATR 42-500. Em 2018, a manuten o e repara o da aeronave em regime de dry leasing e dos seus componentes   da responsabilidade da locadora, Loftleidir Icelandic, encontrando-se o mesmo incluído na renda mensal, conforme referido em (iv) acima.

(xiv) Inspe es programadas em aeronaves (ver Notas 1.16 e 17)

Em 2017, incluía (i) o reconhecimento dos custos com repara es já programadas, mas ainda não realizadas no montante de mESC 202 657 e, em sentido contrário, (ii) a anula o do excesso de provisões constituídas nos exercícios anteriores, no montante de mESC 7 810. Em 2018, conforme referido em (iv) acima, as repara es do avião em regime de Dry lease passaram a ser da responsabilidade da locadora.

22 Gastos com o pessoal

As despesas com o pessoal apresentam a seguinte composi o:

	mESC	
	2018	2017
Ordenados e s�lrios		
Vencimento base e anuidades e antiguidades	743 303	801 582
Subsídios de turno e de chefia	16 894	19 583
Pr�mio de produtividade (13� m�s)	14 291	7 417
Outros	3 928	8 863
	<u>778 416</u>	<u>837 445</u>
Remunera�es adicionais		
Mudança da base operacional	119 992	-
Subsídio ao pessoal navegante em serviço de voo	45 604	51 423
Horas extraordinárias	13 958	15 184
Subsídio de alimenta�o	9 404	13 920
Pr�mio de qualifica�o	6 726	7 318
Subsídio ao pessoal colocado no exterior	5 613	8 639
Outras	16 645	24 506
	<u>217 941</u>	<u>120 989</u>
Encargos sobre remunera�es	157 679	154 595
Forma�o de pessoal	65 931	85 845
Outras despesas com o pessoal	110 118	42 193
	<u>1 330 086</u>	<u>1 241 068</u>
Total de despesas com o pessoal		
Número médio de empregados	<u>420</u>	<u>462</u>

A variação verificada na rubrica de Ordenados e salários deve-se, essencialmente, à diminuição do número médio de empregados.

Os mESC 119 992 representam os encargos com a mudança de local de trabalho e domicílio do pessoal navegante e de suporte operacional para a ilha do Sal, iniciada em fevereiro de 2018, visando a implementação do Hub Aéreo.

O saldo da rubrica de Formação de pessoal compreende, essencialmente, simuladores de voo para os tripulantes e formação do pessoal técnico e de manutenção. A diminuição verificada em 2018, face ao período homologado, deve-se, essencialmente, à formação de capacitação do Pessoal Navegante de Cabine, que ocorreu em 2017.

A rubrica de Outras despesas com o pessoal integra, essencialmente, (i) mESC 13 648 relativos aos encargos com seguros de acidente de trabalho e doenças profissionais (2017: mESC 15 470), (ii) mESC 40 325 de encargos com alojamento, (iii) mESC 35 453 de despesas com o transporte e (iv) mESC 7 754 de subsídio de combustíveis (2017: mESC 5 852). Em 2017, incluía ainda mESC 12 059 referentes a indemnizações por despedimento.

23 Outros rendimentos e ganhos

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

		mESC	
		2018	2017
Comissões outras companhias		11 658	-
Taxa Fuel	(i)	-	1 126 882
Taxa de prestação de serviços de emissão	(ii)	-	111 285
Outras receitas inerentes ao valor acrescentado		-	77 883
Correções relativas a exercícios anteriores:			
Anulação de saldos da ASA e da CVHandling	(iii)	-	56 797
Regularizações resultantes da análise do saldo da rubrica de Credores por acréscimo de gastos (ver Nota 16 (ii))		-	43 366
Regularização do valor a pagar ao INPS na sequência da reconciliação de saldos efetuada entre as partes.		-	12 488
Outras correções		-	22 154
Regularizações resultantes da análise do saldo a pagar à Elix Assets 7 Limited (ver Nota 16 (vi))		-	30 172
Ganhos resultantes da devolução antecipada dos aviões	(iv)	-	37 576
Reembolso por parte da Elix Assets 7 Limited do valor da reparação efetuada, em 2016, na aeronave MSN 755		-	16 540
Alienações		-	12 754
Diferenças de câmbio favoráveis		-	12 585
Outros		47 059	92 780
		<u>58 717</u>	<u>1 653 263</u>

(i) Em 2017, a rubrica de Taxa Fuel correspondia à taxa que é cobrada no preço do bilhete de passagem. Em 2018, o rédito encontra-se registado como Prestação de Serviço (ver Nota 19).

(ii) Em 2017, a rubrica de Taxa de prestação de serviços de emissão compreendia, essencialmente, as taxas cobradas na emissão do bilhete, à razão de mESC 6,1 para destinos internacionais e mESC 1,2 para destinos domésticos. Em 2018, o rédito encontra-se registado como Prestações de Serviço (ver Nota 19).

- (iii) Em 2017, representava anulações de saldos credores da ASA (mESC 42 641) e da CV Handling (mESC 14 156), na sequência da reconciliação de saldos efetuada entre as partes com a vista à transferência dos mesmos para a NewCo.
- (iv) Os mESC 37 576 representavam a diferença entre as provisões para grandes reparações futuras, constituídas em 2017, para os aviões ATR (mESC 126 507) e a compensação pela devolução antecipada do ATR 72-500 (CCC) acordada com a locadora em 2017 (mESC 88 931).

24 Outros gastos e perdas

	mESC	
	2018	2017
Correções relativas a exercícios anteriores:		
Regularização de saldos de terceiros	(i) 48 859	217 669
Regularizações resultantes da análise do saldo da rubrica de despesas a imputar transitado do exercício (ver Nota 6 (vi))	-	119 682
Regularização do investimento financeiro na SITA	14 532	-
Imposto de selo	9 089	18 226
Perda resultante da devolução antecipada do Boeing 757 (ver Nota 6 (ix))	-	67 467
Taxa de regulação a pagar à Aeronáutica Civil	(ii) -	16 511
Penalização pela suspensão da vinda do ATR 72-500 (MSN 527)	(iii) -	11 929
Perdas anormais em existências	-	3 392
Outros	31 864	18 311
	<u>104 344</u>	<u>473 187</u>

- (i) Corresponde à regularização de saldos de terceiros, que, pela sua natureza, indiciam tratar-se de registos efetuados indevidamente.
- (ii) Corresponde à taxa devida pela Empresa, enquanto operadora do sector de aviação civil, à Agência de Aviação Civil. Em 2018, a mesma foi registada em Fornecimentos e serviços externos (Nota 21).
- (iii) Em 2017, compreendia o valor acordado com a locadora Elix, conforme Settlement Deed and Release assinado em maio de 2017, para fazer face aos encargos incorridos pela locadora para pôr o avião MSN 527 em condições de entrega, não obstante a não aceitação da respetiva aeronave pela TACV.

25 Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização

O saldo de mESC 85 383 (2017: mESC 87 021) compreende mESC 70 972 (2017: mESC 74 007) de depreciação do exercício de ativos fixos tangíveis (ver Nota 3), mESC 1 268 (2017: mESC 1 268) de depreciação de propriedades de investimento (ver Nota 4) e mESC 13 142 (2017: mESC 11 744) de amortização de ativos intangíveis (ver Nota 5).

26 Juros e ganhos similares obtidos

O saldo de mESC 20 929 (2017: mESC 1 079) resulta de juros referentes aos depósitos a prazo. Em 2017, o saldo compreendia ainda (i) mESC 22 195 referentes à atualização ao valor presente da caução que a Empresa detinha junto da AerCap e (ii) mESC 287 293 de diferenças de câmbio favoráveis. Em 2018, as diferenças de câmbio

desfavoráveis, líquido das diferenças favoráveis, encontram-se registadas em Juros e perdas similares suportados (ver Nota 27).

27 Juros e perdas similares suportados

	mESC	
	2018	2017
° Diferenças de Câmbios desfavoráveis	76 551	64 468
° Juros de financiamento	174 218	253 311
° Outros	63 685	58 969
	<u>314 454</u>	<u>376 748</u>

As diferenças de câmbio resultam essencialmente da atualização cambial dos saldos expressos em dólares dos Estados Unidos. Conforme referido na Nota 26, em 2018 as diferenças de câmbio, desfavoráveis e favoráveis, foram apresentadas pelo valor líquido.

A rubrica de juros de financiamento compreende os juros de empréstimos bancários, empréstimos obrigacionistas, descobertos bancários e contas correntes caucionadas (ver Nota 15). Não obstante o aumento significativo dos financiamentos face a 2017 (ver Nota 15), os juros de financiamento diminuíram face a 2017, tendo em conta a assunção pela NewCo dos juros dos financiamentos, no valor total de mESC 288 049.

A rubrica de Outros compreende, essencialmente, os juros e comissões suportados pelo atraso no pagamento das faturas de fornecedores.

28 Imposto sobre o rendimento/ Imposto Diferido

Em conformidade com a Lei nº82/VIII/2015 que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

A Empresa apresentou um requerimento invocando a prescrição das situações fiscais relativas aos exercícios de 1996 a 2007, nos termos das novas regras do Código Geral Tributário, tendo merecido deferimento por parte da Administração Fiscal.

A conciliação do resultado contabilístico com o resultado fiscal dos últimos quatro exercícios é a seguinte (em mESC):

	2018	2017	2016	2015
Resultado contabilístico	(6 711 790)	(3 755 956)	(2 311 636)	(3 437 527)
A adicionar				
Provisões não aceites fiscalmente	42 024	1 064 058	38 741	253 568
Imparidades de clientes não aceites fiscalmente	213 755	52 236	211 668	86 505
	<u>255 779</u>	<u>1 116 294</u>	<u>250 409</u>	<u>340 073</u>
A deduzir				
Utilização da provisão para pensões de reforma (ver Nota 12)	220 919	30 189	24 220	-
Imparidades não aceites em anos anteriores	-	350 409	-	-
	<u>220 919</u>	<u>380 598</u>	<u>24 220</u>	<u>-</u>
Resultado fiscal	<u>(6 676 930)</u>	<u>(3 020 260)</u>	<u>(2 085 447)</u>	<u>(3 097 454)</u>
Taxa do imposto				22,44%
Ativo por imposto diferido				<u>(3 339 092)</u>

O reporte fiscal acumulado totaliza mESC 14 880 091 e os respetivos Impostos diferidos ativos ascendem a mESC 3 339 092, os quais não foram registados devido à imprevisibilidade da sua recuperação.

29 Resultado por ação básico

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado atribuível aos acionistas pelo número de ações, como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	(6 711 790)	(3 755 956)
Número de ações	<u>1 000 000</u>	<u>1 000 000</u>
Resultado por ação básico (ESC)	<u>(6 712)</u>	<u>(3 756)</u>

30 Garantias

As garantias prestadas pela Empresa relacionam-se com financiamentos bancários obtidos e encontram-se descritos na Nota 15. Adicionalmente a Empresa prestou garantias bancárias para fazer face aos processos fiscais referidos na Nota 28.

31 Partes relacionadas

- (i) Os principais saldos e transações ocorridas em 2018 e 2017 entre a Empresa e partes relacionadas sumarizam-se nos quadros seguintes (em mESC):

	2018				Demonstração de resultados	
	Balauço				Vendas	Fornecimentos e Serviços Externos (ver Nota 21)
Clientes (ver Nota 9)	Adiantamentos a fornecedores (ver Nota 10)	Outros Instrumentos de capital próprio (ver Nota 13)	Resultados transitados (ver Nota 13)	-	-	
Estado de Cabo Verde	-	3 943 039	-	-	-	
NewCo	-	-	258 472	-	-	
Loftleidir Icelandic	24 157	114 055	-	-	2 026 667	
	<u>24 157</u>	<u>114 055</u>	<u>3 943 039</u>	<u>258 472</u>	<u>2 026 667</u>	

	2017				Demonstração de resultados	
	Balauço				Vendas	Fornecimentos e Serviços Externos (ver Nota 21)
Clientes (ver Nota 9)	Adiantamentos a fornecedores (ver Nota 10)	Outros Instrumentos de capital próprio (ver Nota 13)	Resultados transitados (ver Nota 13)	-	-	
Estado de Cabo Verde	-	-	1 672 065	-	-	
	-	-	<u>1 672 065</u>	-	-	

Os Fornecimentos e serviços externos da Loftleidir Icelandic compreendem (i) mESC 1 517 708 e mESC 405 870 referentes a aluguer de aviões em regime de wet lease e dry lease, respetivamente, (ii) mESC 49 873 relativos a encargos com o pessoal navegante em serviço de voo, (iii) mESC 40 886 respeitantes ao contrato de gestão e (iv) mESC 12 330 relacionados com diversos serviços.

- (ii) Não existem transações com os Administradores.
- (iii) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Despesas com o pessoal ascendem a mESC 14 202 (2017: mESC 13 988) e as do Conselho Fiscal a mESC 2 520 (2017: mESC 4 133).

32 Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço

Em 31 de Dezembro de 2018 as responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço, relacionam-se, essencialmente, com as rendas relativas à locação operacional do avião Boeing 757, D4-CCF, por um período de 6 anos, renovável. As rendas futuras deste avião são como segue (em mESC):

Bem em locação	Rendas futuras		
	2019	2020	Após 2020
Boeing 757 D4-CCF	1 039 694	1 039 694	3 638 930

33 Outras informações sobre o regime do acréscimo

	mESC	
	2018	2017
Acréscimo de gastos		
Acréscimos de gastos diversos (ver Nota 17 (ii))	(314)	(288 331)
Diferimentos de gastos		
Diferimentos de gastos diversos	14 741	9 684
Diferimentos de rendimentos		
Bilhetes vendidos e não voados (ver Nota 18)	(630 634)	(742 032)

34 Divulgações exigidas por diplomas legais

Em 2018, os honorários contratualizados com o auditor certificado ascenderam a mESC 4.880. Os Administradores e o Conselho Fiscal auferiram remunerações de mESC 14 202 e mESC 2 520, respetivamente, conforme referido na Nota 31.

35 Eventos subsequentes à data do balanço

De realçar os seguintes factos ocorridos após 31 de dezembro de 2018:

Privatização

Em fevereiro de 2019 concluíram-se as negociações entre o Estado de Cabo Verde e o parceiro estratégico para a privatização da TACV. O acordo de compra e venda de 51% das ações da companhia foi assinado em 01-mar-2019 entre a Loftleidir Cabo Verde, EHF (comprador) e o Estado de Cabo Verde (vendedor).

Entre as condições do acordo de compra e venda, merecem destaque:

- a. A completa resolução do passivo (dívida comercial, dívida financeira, documentos pendentes de voo à data de 28-fev-2019, pendentes laborais, dívida fiscal e todo o passivo contingente, incluindo situações não conhecidas à data de 28-fev-2019, mas cujo facto gerador tenha ocorrido até essa data. Como compromisso naturalmente assumido pelo Estado CV, então acionista único, a resolução do passivo tinha sido iniciada em 2017, mediante a negociação, com credores previamente identificados de acordos, de transferência de dívida para a NewCo. Ficou estabelecido que o passivo não transferível (e.g. documentos pendentes de voo e algum crédito comercial obtido) seria resolvido, mediante suporte financeiro direto do Estado à empresa no valor então estimado de EUR 9,45 M.
- b. O suporte financeiro direto do Estado à empresa para a conclusão (i) da segunda fase do projeto de redimensionamento do efetivo e (ii) da mobilização do *staff* operacional para a Ilha do Sal.
- c. A transferência do ativo imobiliário da empresa para a propriedade do Estado.

Como medidas de suporte financeiro à implementação do Plano de Negócios

- d. A recapitalização da empresa, mediante a injeção pelos novos acionistas de USD 12,00 M, na proporção da sua participação social (Loftleidir CV: 51%; Estado CV: 49%).
- e. O suporte à empresa na obtenção de financiamento bancário de longo prazo, no valor de EUR 22,00 M, mediante a prestação pelos acionistas de garantias aos potenciais financiadores, na proporção da sua participação social.

Em continuidade do processo de privatização, o Estado de Cabo Verde levou a cabo a alienação de 10% das ações a favor de colaboradores da companhia e da diáspora. Ainda em 2019 foi iniciada a preparação da alienação dos 39% remanescentes a investidores institucionais, mas o advento da pandemia de COVID-19 levou à suspensão do processo.

Novos Estatutos e Novos Órgãos Sociais

Em 04 de março de 2019 foram aprovados em reunião da Assembleia Geral, na qual esteve representada a totalidade do capital social - Loftleidir CV com 51% e Estado de Cabo Verde com 49%, os novos estatutos da sociedade e os novos órgãos sociais (Composição da Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Comissão Executiva). O novo Conselho de Administração, presidido por Björgolfur Johannsson, integrava cinco membros, sendo três executivos designados pelo acionista maioritário (Loftleidir CV) e dois não executivos designados pelo acionista minoritário (Estado CV). Os novos órgãos foram empossados na mesma data, tendo o Senhor Jens Bjarnason assumido como o novo CEO da companhia.

Atualização da Orgânica

No seguimento da tomada de posse do novo executivo, foram introduzidos ajustamentos à orgânica aprovada e implementada no final de 2018, com a realocação de algumas funções e responsabilidades. Foram reconfirmadas funções ainda por terceirizar e negociados, fechados e implementados os correspondentes contratos de prestação de serviço, designadamente para as funções de representação geral em diversos mercados, de assessoria jurídica, relações-públicas e de contact center. Foi decidido o encerramento das delegações e agências de Dakar, Lisboa, Paris e Rotterdam. Foi ainda decidido deixar a atividade de agenciamento na Praia e estabelecer com a New Tour Azores um acordo de concessão das lojas do Plateau e do aeroporto na Praia, por tempo determinado.



Redimensionamento do Efetivo – II Fase

Em fevereiro de 2019 (final da primeira fase do redimensionamento), a empresa tinha dispensado 121 colaboradores, todos em Cabo Verde, sendo 72 através do programa de pré-reforma e 49 através do programa de mútuo acordo, ambos de adesão voluntária.

Uma segunda fase do redimensionamento arrancou em março de 2019, com um plano de dispensa de mais 90 colaboradores, 63 em Cabo Verde e 27 nas representações no exterior. Do total da segunda fase, 28 colaboradores assinaram acordos de pré-reforma (27 em Cabo Verde), 33 aderiram à rescisão por mútuo acordo (25 em Cabo Verde e 8 no exterior) e 29 foram abrangidos pela rescisão unilateral, por iniciativa da empresa (11 em Cabo Verde e 18 no exterior). Estão ainda por fechar 26 processos, sendo 20 no exterior.

Em setembro de 2019 foi assinado um protocolo com o INPS, no âmbito do qual a companhia transferiu para aquela instituição a gestão do programa de pré-reforma, abrangendo um total de 90 (noventa) colaboradores em Cabo Verde. As responsabilidades financeiras futuras decorrentes do programa, no valor global de CVE 809 Milhões à data da transferência da gestão, foram integralmente assumidas pelo Estado de Cabo Verde, que é igualmente parte no protocolo.

Transferência de Dívida para a NewCo

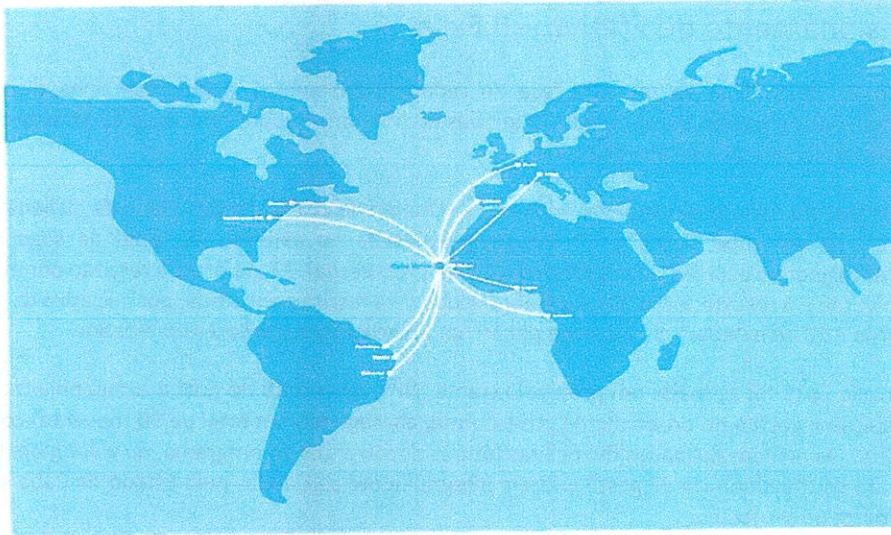
A primeira etapa do processo de resolução da dívida transferível para a NewCo, no valor global de cerca de EUR 96 milhões, incluindo crédito comercial, empréstimos bancários, empréstimos obrigacionistas, dívida fiscal e dívida de contribuições à segurança social em Cabo Verde, à data de 31 de janeiro de 2018, ficou concluída, com a formalização e publicação da Ordem de Transferência Nº1 e a assinatura do acordo de perdão de dívida entre a NewCo e a TACV. Está em curso a segunda etapa do processo de resolução abrangendo crédito comercial, dívida fiscal, dívida de contribuições para a segurança social e de taxas de regulação à aviação civil em Cabo Verde, no valor agregado de EUR 12,60 Milhões.

Novos Destinos e Reforço da Frota

Em março de 2019 uma segunda aeronave B757-200, adquirida em regime de *lease* A&M a longo termo, foi incorporada na frota da companhia. Um terceiro avião, do mesmo modelo e adquirido no mesmo regime, foi adicionado no final de 2019, tendo realizado a sua primeira operação em 13 de dezembro.

No início de julho foram relançadas as operações para Itália (Milão e Roma), depois da suspensão das ligações aéreas com esse país no final de outubro de 2018.

O lançamento de três novos destinos – Lagos (Nigéria), Porto Alegre (Brasil) e Washington (USA) – começou a ser preparado no segundo trimestre de 2019, perspetivando-se um alargamento da rede e um incremento significativo das operações e do número de passageiros transportados. As operações inaugurais desses novos destinos tiveram lugar entre 9 e 12 de dezembro de 2019.



Em agosto de 2019, depois de várias tentativas frustradas de acordo comercial com a Binter Cabo Verde, que garantisse conexões convenientes com as operações do hub aéreo, foi contratado em *wet lease* um avião ATR42-320 da companhia portuguesa Lease Fly, para assegurar tais conexões e dar igualmente suporte ao arranque do programa *stop over*, enquadrado no plano de negócios da companhia. O contrato de *wet lease* foi assumido como a primeira etapa de uma cooperação que deveria evoluir para o estabelecimento de uma companhia aérea regional, o projeto **Cabo Verde Connect**. Neste sentido, o processo de certificação e registo da aeronave em Cabo Verde teve início ainda em 2019. Com a chegada da pandemia, o projeto foi suspenso.

Disrupção Operacional Parcial em Dez-2019

A entrega atrasada de aeronaves voltou a afetar profundamente a operação da companhia na primeira metade de dezembro de 2019. Duas aeronaves B757-200, uma em lease A&M e outra em *wet lease*, eram esperadas em novembro, mas chegaram com três e duas semanas de atraso, respetivamente, comprometendo a operação em toda a rede, com uma longa sequência de atrasos e cancelamentos. O impacto foi particularmente negativo nas novas rotas recém-abertas, cujo sucesso dependia da confiança construída nessa fase crucial da operação.

Um total de 599 voos sofreu atrasos superiores a 15 minutos, ou cancelamentos. Mais de 48 mil passageiros viveram uma experiência muito negativa, completamente contrastante com aquela que a empresa já vinha proporcionando aos seus clientes, pelo menos ao nível da regularidade e da pontualidade. Os danos tangíveis para a empresa foram avaliados em cerca de EUR 8,60 milhões.

Suspensão Completa da Operação

O ano de 2020 teve início sob o espectro da COVID-19. A chegada da pandemia começou a atingir a atividade da empresa em fevereiro de 2020, quando o Governo de Cabo Verde decretou o fecho das fronteiras para ligações aéreas com a Itália. Nessa altura oito voos por semana, para Milão e Roma, foram suspensos.

Em 19 de março, no seguimento do encerramento das fronteiras para todas as ligações aéreas entre Cabo Verde e o exterior, a companhia suspendeu todas as suas operações, entrando num estado de completa hibernação.

Sem qualquer rendimento da atividade produtiva e sem reservas de caixa, a sobrevivência da companhia passou a estar dependente do suporte financeiro que os seus acionistas pudessem aportar, ou do suporte para mitigar os efeitos da pandemia, disponibilizado pelo Estado de Cabo Verde às empresas.

Sendo assim, a empresa aderiu em abril ao programa de lay-off temporário de colaboradores, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei nº83/2020, de 4 de abril e suas sucessivas revisões, colocando nesse regime mais de 70% dos seus colaboradores. A companhia aderiu igualmente à moratória ao cumprimento das obrigações decorrentes de contratos de financiamento, ao abrigo do Decreto-Lei Nº38/2020, de 31 de março e suas sucessivas revisões.

Adicionalmente, para assegurar o pagamento das remunerações aos seus colaboradores e a manutenção de serviços essenciais durante o período de hibernação, a companhia recorreu a financiamentos bancários garantidos pelo Estado de Cabo Verde, no valor aproximado de EUR 4,00 milhões entre abril e dezembro de 2020.

Entre outros efeitos da interrupção das operações, devem destacar-se a suspensão da participação da companhia nos sistemas financeiros da IATA - ICH (IATA Clearing House), em março e BSP (Bank Settlement Plan), em abril - devido à sua incapacidade de se manter em conformidade com os regulamentos. A situação de suspensão continua e só será alterada mediante o cumprimento de determinados requisitos importantes, designadamente (i) a retoma das operações e (ii) a constituição/ reposição de garantias financeiras, que poderão rondar os EUR 4,00 milhões.

Desde junho de 2020, a empresa vem mantendo em Miami, EUA, os três aviões da sua frota. Dois deles foram posicionados pouco depois da suspensão das operações para, aproveitando o tempo de paragem forçada, serem submetidos a inspeções programadas e outros trabalhos relevantes. Depois das inspeções, têm sido mantidos em preservação, como é prática na indústria em situações de paragem prolongada.

Em dezembro de 2020, foi terminado o contrato com a SITA (Société Internationale de Télécommunications Aéronautiques), ao abrigo do qual a TACV vinha utilizando o sistema de reservas daquela empresa. O término do contrato estava inicialmente previsto para dezembro de 2021, mas, face às circunstâncias decorrentes da pandemia, as partes consideraram mutuamente vantajoso antecipá-lo.

Negociações entre os Acionistas e o Governo/ Plano de Recuperação

Desde a suspensão da atividade, a administração da companhia manteve um monitoramento contínuo da evolução da situação sanitária e dos eventos relevantes nos vários mercados de interesse para a sua operação. Manteve igualmente contacto permanente com os acionistas e com o Governo de Cabo Verde, promovendo conversações entre as partes sobre as possíveis soluções para a situação atual da empresa e melhores cenários para a retoma.

Em outubro de 2020, depois de muitos avanços e recuos, muitas vezes também impostos pela conjuntura externa, começou a definir-se um acordo entre os acionistas e o governo sobre um possível plano de recuperação e as condições do necessário suporte financeiro à empresa.

O acordo, em fase de conclusão, assume o pressuposto de que os credores comerciais da empresa também se comprometerão com uma contribuição significativa para o plano de recuperação.

O plano de recuperação pressupõe o reposicionamento em Cabo Verde de dois dos três aviões B757-200, os quais constituirão a frota na fase de relançamento. Outro componente importante do plano é o projeto de implementação de um novo motor de reservas, em substituição do sistema SITA, cujo contrato foi terminado. A nova solução está identificada e a assinatura do contrato, assim como o arranque da sua implementação, está apenas dependente da conclusão do acordo entre os acionistas. A perspectiva de atividade reduzida a médio prazo obriga a considerar um novo redimensionamento da organização, o qual será acompanhado de uma profunda transformação digital centrada no cliente.

